



Número: **0800094-98.2019.8.20.5147**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Pedro Velho**

Última distribuição : **26/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ADRIANO SILVA MAIA (AUTOR)		PATRICIO CANDIDO PEREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)		ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
42358500	26/04/2019 09:31	Petição Inicial	Petição Inicial
42358932	26/04/2019 09:31	Comprovante de negativa administrativa junto a lider	Documento de Comprovação
42358923	26/04/2019 09:31	Procuração publica	Procuração
42358915	26/04/2019 09:31	Documentos pessoais e comrovante de residencia	Documento de Identificação
42358905	26/04/2019 09:31	Boletim de Ocorrencia de Acidente de Transito - BOAT	Documento de Comprovação
42358883	26/04/2019 09:31	Encaminhamento	Documento de Comprovação
42358862	26/04/2019 09:31	prontuario medico - HMWG	Documento de Comprovação
42358844	26/04/2019 09:31	prontuario medico - MEMORIAL	Documento de Comprovação
44224018	18/07/2019 20:58	Despacho	Despacho
47753435	12/08/2019 14:31	Petição - juntada de petição inicial	Petição
47753445	12/08/2019 14:31	INICIAL DPVAT - INVALIDEZ - ADRIANO SILVA MAIA	Outros documentos
48591296	06/09/2019 12:17	Certidão	Certidão
48591297	06/09/2019 12:17	PROCESSO 0800094-98.2019-DEVOLUÇÃO DE AR	Certidão
48804795	12/09/2019 15:41	Contestação	Contestação
48804796	12/09/2019 15:41	2639873_CONTESTACAO_01	Contestação
48804797	12/09/2019 15:41	2639873_CONTESTACAO_Anexo_01	Outros documentos
48821742	13/09/2019 12:36	Certidão	Certidão
49036512	19/09/2019 15:04	Petição	Petição
49036513	19/09/2019 15:04	2639873_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS JUR_01	Outros documentos

49036 514	19/09/2019 15:04	2639873_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_Anexo_01	Outros documentos
49930 773	17/10/2019 11:20	Certidão	Certidão
49930 778	17/10/2019 11:20	PROCESSO OFÍCIO 0800094-98.2019	Certidão
49945 680	17/10/2019 14:48	Certidão	Certidão
49945 683	17/10/2019 14:48	PROCESSO OFÍCIO 0800094-98.2019 (2)	Certidão
50260 991	28/10/2019 11:29	habilitacao	Petição
51089 175	21/11/2019 13:38	Ofício	Ofício
51337 344	28/11/2019 15:51	Certidão	Certidão
51337 347	28/11/2019 15:51	0800094-98.2019 Dados da Perícia NUPeJ	Outros documentos
51878 891	16/12/2019 12:21	Certidão	Certidão
51878 892	16/12/2019 12:21	Ofício nº 879 2019 Agendamento de Perícia	Ofício
51878 903	16/12/2019 12:24	Intimação	Intimação
51880 136	16/12/2019 12:37	Intimação	Intimação
52241 466	09/01/2020 14:11	Intimação	Intimação
52379 361	15/01/2020 11:13	Diligência	Diligência
53694 359	27/02/2020 10:17	Certidão	Certidão
53694 365	27/02/2020 10:17	0800094-98.2019 LAUDO PERICIAL	Laudo Pericial
54650 330	27/03/2020 12:33	Despacho	Despacho
54886 136	06/04/2020 17:02	Intimação	Intimação
54886 137	06/04/2020 17:02	Intimação	Intimação
54949 667	09/04/2020 09:06	manifestação sobre laudo pericial	Petição
54949 668	09/04/2020 09:06	petição - manifestação sobre laudo e requerimento de julgamento	Outros documentos
55109 273	16/04/2020 20:17	Petição	Petição
55109 274	16/04/2020 20:17	2639873_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01	Outros documentos

EM ANEXO - FORMATO PDF



Assinado eletronicamente por: PATRICIO CANDIDO PEREIRA - 26/04/2019 09:30:31

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042609303112100000040968104>

Número do documento: 19042609303112100000040968104

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Lider-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3180344885 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ADRIANO SILVA MAIA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO ARUANA SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO ADRIANO SILVA MAIA

CPF/CNPJ: 06182703492

Posição em 10-04-2019 08:51:10

Seu pedido de indenização foi negado





**SERVIÇO DO OFÍCIO ÚNICO
MUNICÍPIO DE MONTANHAS – RN
COMARCA DE NOVA CRUZ/RN**

Tabeliã/Registradora: Bel. ANA LOURDES DE ALMEIDA
Rua Princesa Isabel, nº457 – Centro
Montanhas – RN – CEP-59.198-000 – Tel.(84) 3240-2355

Livro nº: 049

Folhas nº: 69 e 69v

Traslado 1º

Procuração bastante que faz, **ADRIANO SILVA MAIA**, conforme instrumento abaixo.

SAIBAM quantos virem este público instrumento de procuração, que aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março do ano de 2019 (dois mil e dezenove) nesta cidade de Montanhas, Estado do Rio Grande do Norte, em Cartório, situado na Rua Princesa Isabel, nº457, Centro, perante mim, Escrevente Autorizada, compareceu como Outorgante: o Sr. **ADRIANO SILVA MAIA**, que se disse brasileiro, solteiro, capaz, agricultor, portador da RG nº 002.812.179 SSP/RN, expedida em 10.04.2006 e do CPF nº 081.827.034-92, residente e domiciliado na Rua Presidente Castelo Branco S/N, CEP:59196-000 Pedro Velho/RN e como o outorgante não é alfabetizada, assinará a rogo a Sra. **MARIA HELENA GOMES DE LIMA**, que se disse brasileira, solteira, maior capaz, agricultora, portadora da RG nº 2903932 SSP/RN expedida em 17.08.2006 e do CPF nº 110.442.544-08, residente e domiciliada na Rua Nova Descoberta nº 85, CEP:59198-000 Montanhas/RN. Ambos reconhecidos e identificados conforme documentos apresentados, perante esta Escrevente Autorizada, do que dou fé e pelo outorgante me foi dito que por este público instrumento, nomeia e constitui sua bastante procurador o Sr. **PATRÍCIO CÂNDIDO PEREIRA**, brasileiro, divorciado, maior, capaz, advogado, inscrito na OAB/RN nº 814-A, residente e domiciliado na Rua São Francisco nº 124, Centro, Pedro Velho/RN, ambos reconhecidos e identificados, conforme documentos apresentados, perante esta Escrevente Autorizada, do que dou fé. **A quem outorga poderes específicos COM FIM ESPECIAL DE ENTRAR NA JUSTIÇA COMUM COM AÇÃO DE COBRANÇA PARA FINS DE RECEBIMENTO DO SEGURO DPVAT. Podendo o outorgado, confessar, assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar quitações, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar, apresentar recurso e contra razões, e ainda requerer seguro de vida, junto bem como, substabelecer está com ou sem reservas de poderes, podendo e acompanhar todo o processo até o final do julgamento, representando ainda o outorgante, para fins dos dispostos dos artigos 447 e 448 do Código do Processo Civil, podendo finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato. Os honorários advocatícios, em não havendo contrato que os regule, serão pagos a base de 30% (trinta por cento), sobre o valor bruto da condenação final, apurado em liquidação de sentença, sem prejuízo dos honorários de sucumbências, conforme aqui pactos através do presente instrumento.** E tudo quanto assim for feito pelo dito procurador promete haver por valioso e firme. Assim o disse, do que dou fé, e me pediu este instrumento que lhe li, aceita e assina juntamente com as Testemunhas: **MARIA SANTANA SILVA MAIA**, que se disse brasileira, viúva, maior capaz,



agricultora, portadora da RG nº 794.109 - SSP/RN, expedida em 19.12.2017 inscrita no CPF/MF nº 914.847.904-72, residente e domiciliada na Rua Presidente Castelo Branco S/N CEP: 59.196-000, Pedro Velho/RN e **EDSON DA SILVA SANTOS**, que se disse brasileiro, casado, estudante, portador RG nº 3044955, expedida em 11.03.2014, inscrito no CPF/MF nº 057.188.964-61, residente e domiciliado na Rua São Francisco nº 124 CEP: 59.196-000, Pedro Velho/RN. Assim o disse (ram) do que dou fé e me pediu (ram) este instrumento que lhe li, aceita (m) e assina (m), do que dou fé. Eu, ELIANE VARELA DA COSTA, Escrevente Autorizada do Serviço do Ofício Único do Município de Montanhas/RN, o digitei, conferi, subscrevi, dou fé e assino em público e raso. Em test. da verdade. Montanhas/RN, 28(vinte e oito) dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove 2019.

Maria Helena Gomes de Lima

Adriano Silva Maia – Outorgante
Maria Helena Gomes de Lima



Impressão Digital

Maria Santana Silva Maia

Maria Santana Silva Maia – Testemunha

Edson da Silva Santos

Edson da Silva Santos – Testemunha

Eliane Varela da Costa
-Eliane Varela da Costa
Escrevente Autorizada

Provimento nº 02/99-CJ/TJRN
Corregedoria da Justiça
Emolumentos RS 53,84
FDJ7000003454426 RS 14,17
FCRCPN RS 5,39
FRMP0000001600006 RS 1,72
PGE RS 0,41
ISS RS 2,69
Total RS 78,22
Válido somente com selo de autenticidade e
fiscalização. Protocolo de Atendimento nº 1545 de
28.03.2019.

SERVIÇO DO OFÍCIO ÚNICO
Município de Montanhas/RN
Comarca de Nova Cruz/RN
Tabeliã: Ana Lourdes De Almeida
Substituto: Francisco Chagas De Lima
Escreventes: Eliane Varela da Costa



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TECNICO CIENTIFICO DE POLICIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO

POLEGAR DIREITO

NÃO ALFABETIZADO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL Nº 002.812.179

NOME ADRIANO SILVA MATA

FILIAÇÃO ANTONIO NILSON MATA
MARIA SANTA SILVA MATA

NATURALIDADE PEDRO VELHO RN

DATA DE NASCIMENTO 23/10/1986

DOC. ORDEM CERT. DE NASCIMENTO L-417 F-306 RG-2198

CPF PEDRO VELHO RN-2 CARTORIO

1a. VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF 081.827.034-92

ADRIANO SILVA MATA

23/10/1986

KORREIOS

Cartão de uso pessoal e não transferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

98176-1630

Imo Adriano

Edio de Adriano

ARUANA SEC

26 JUL 2013

Scanned by CamScanner





COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE
Avenida Senador Salgado Filho, 1588, Tirol, CEP 59015-000
CNPJ: 08.334.385/0001-35 / INSC. Estadual: 20088.428-3
Admin. Central (84) 3232-4432 / Ouvidoria: (84) 3232-4882

SECRETARIA DE ATENDIMENTO

32472034

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA E SERVIÇOS

IMPRESSO EM 06/04/2018 ÀS 15:04:51

DADOS DO CLIENTE		MATRÍCULA:	MÊS/ANO		
MARIA SANTANA SILVA MAIA RUA PRES CASTELO-BRANCO, N. SN - PDE. VILHO PEDRO VELHO RN 59196-000		41444.7	04/2018		
INSCRIÇÃO 551.001.385.0565.000	ROTA 3	SEQ.ROTA 5005	QUANTIDADE DE ECONOMIAS RESIDENCIAL COMERCIAL INDUSTRIAL PÚBLICO		
INDICADOR SEM MEDIDOR	SITUAÇÃO ÁGUA LIGADO	SITUAÇÃO ESGOTO POTENCIAL			
CONSUMO ÁGUA (M3): 10		DATA LEITURA: 1117. ATUAL: 1117. ANT.: DIAS CONSUMO:			
HISTÓRICO DE CONSUMO					
REF	CONSUMO	REF	CONSUMO		
03/2018	10	01/2018	10		
02/2018	10	12/2017	10		
DESCRICAÇÃO					
ÁGUA		CONSUMO	TOTAL (R\$)		
RES ENTRE 50 E 100M 1 UNIDADE(%)		10 M3	39,99		
CONSUMO DE ÁGUA					
Multa p/IMPONTUALIDADE 03/2018			0,79		
JUROS DE MORA 10/2017 11/2017 12/2017			3,65		
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 10/2017 11/2017 12/2017			0,55		
FATURAS EM ATRASO					
REF 201801	39.13				
REF 201802	39.08				
REF 201803	40.75				
TRIBUTOS					
PIS	BASE DE CALCULO	PERCENTUAL (%)	VALOR DO IMPOSTO		
COFINS	39,99	1,61	0,66		
	39,99	7,6	3,04		
21/04/2018		44,98			
O RELATORIO ANUAL DE QUALIDADE DE ÁGUA DE 2018, REFERENTE A 2017, ESTA DISPONIVEL NO SITE DA CAERN, NO TITULO DESCRITIVO "INFORMACOES DECLARAMOS NAO EXISTIR DUBIDIOS DE FATURA DE 2017 - LEI 12007/09					
Parâmetros	Turbidez	PH	Coff. Total	Cloro Residual Livre	Nitrito (mg/L)
VMP - Recomendação	≤ 5,0 uT	6,5 a 8,5	% de Aterro	0,2 a 2,0 mg/L	≤ 10,0 mg/L
Valores Obtidos	2,87	4,34	100,00 %	2,37	--

ARUANA SEGUROS
26 JUL 2018

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: PATRICIO CANDIDO PEREIRA - 26/04/2019 09:30:35

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042609292941800000040968484>

Número do documento: 19042609292941800000040968484

Num. 42358915 - Pág. 2



RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
COMANDO DE POLICIAMENTO RODOVIÁRIO ESTADUAL
5º DISTRITO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL
SETOR DE TRÁFEGO

Rua Assis chateaubriand, 610 - Centro - Nova Cruz/RN - CEP: 59215-000
Fone: (84) 3281-5887 e 3281-3118 - E-mail: dpre5@hotmail.com

Nova Cruz/RN, 25 de Outubro de 2016.

BOAT nº: 041403

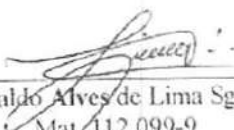
Data: 16/10/2016

Local: RN 269 - Pedro Velho/RN

Veículos envolvidos:

(V-1) FIAT/ UNO MILLE FIRE FLEX - KJT 9228

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, o condutor de V-1 deixou de observar o que preceitua o artigo 28.


Lucinaldo Alves de Lima Sgt. PM
Mat. 112.099-9
CHEFE DO SETOR DE TRÁFEGO

Verificação de autenticidade na internet: <http://www.prn.gov.br> na tela de consulta de boletim

Autenticação	Número do Boletim 041403	Número da Ocorrência 389431	Data Registro 24/10/2016	Hora Registro 09:40:09	Número Controle:
D65569565U					

* Somente possuem valor legal os pareceres que estejam assinados pelo chefe do setor ou auxiliar.

dirvegl





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
COMANDO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL - CPRE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

BOAT

041403

1 - LOCAL E DATA

Local RN 269 Bairro _____
Cidade/UF PEDRO VELHO P. Ref. _____
Data 16/10/2016 Hora do acidente 02:30 Hora do registro 03:00 Dia da semana DOMINGO

2 - NATUREZA DA OCORRÊNCIA

☐ - Colisão Frontal ☐ - Colisão Lateral ☒ - Capotamento ☐ - Atropelamento
☐ - Colisão Posterior ☐ - Colisão Transversal ☐ - Choque ☐ - Outro(s) _____

3 - VEÍCULO 01:

Placa ou Chassi KJT9228 Cidade CANGUARETAMA UF RN
Marca/Mod. FIAT/UNO MILLE FIREFLEX Cor BRANCA Ano 2005 12006
Proprietário _____ N° de Ocupantes 03
Condutor _____ Data de Nascimento _____
Endereço _____ N° _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF N° _____ CNH N° _____ Validade / / Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ N° _____ Bairro _____ Cidade _____

4 - VEÍCULO 02:

Placa ou Chassi _____ Cidade _____ UF _____
Marca/Mod. _____ Cor _____ Ano / _____
Proprietário _____ N° de Ocupantes _____
Condutor _____ Data de Nascimento _____
Endereço _____ N° _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF N° _____ CNH N° _____ Validade / / Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ N° _____ Bairro _____ Cidade _____

5 - VEÍCULO 03:

Placa ou Chassi _____ Cidade _____ UF _____
Marca/Mod. _____ Cor _____ Ano / _____
Proprietário _____ N° de Ocupantes _____
Condutor _____ Data de Nascimento _____
Endereço _____ N° _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF N° _____ CNH N° _____ Validade / / Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ N° _____ Bairro _____ Cidade _____

6 - VEÍCULO 04:

Placa ou Chassi _____ Cidade _____ UF _____
Marca/Mod. _____ Cor _____ Ano / _____
Proprietário _____ N° de Ocupantes _____
Condutor _____ Data de Nascimento _____
Endereço _____ N° _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF N° _____ CNH N° _____ Validade / / Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ N° _____ Bairro _____ Cidade _____



7 - VERSÕES DOS CONDUTORES

SOBRE V1 - Em que Rua/ Av. Transitava? _____

Em que sentido? _____

Em que faixa? _____

Versão do condutor _____

Assinatura do Condutor do V1 _____

SOBRE V2 - Em que Rua/ Av. Transitava? _____

Em que sentido? _____

Em que faixa? _____

Versão do condutor _____

Assinatura do Condutor do V2 _____

SOBRE V3 - Em que Rua/ Av. Transitava? _____

Em que sentido? _____

Em que faixa? _____

Versão do condutor _____

Assinatura do Condutor do V3 _____

SOBRE V4 - Em que Rua/ Av. Transitava? _____

Em que sentido? _____

Em que faixa? _____

Versão do condutor _____









Assinatura do Condutor do V4 _____

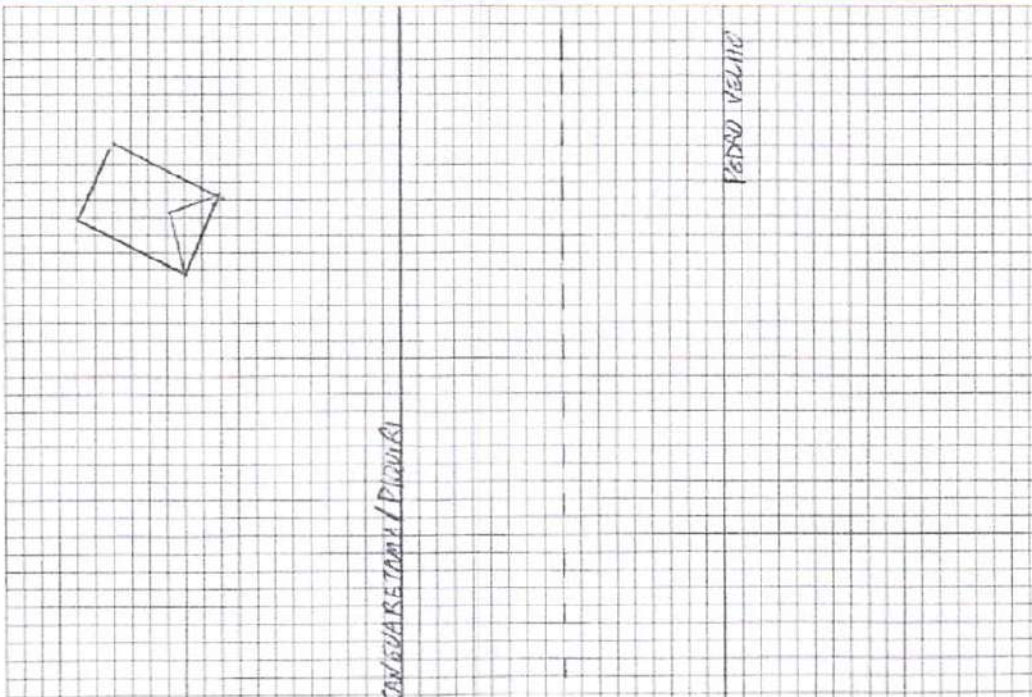


8 - CONDIÇÕES DA VIA

Luminosidade	Cond./ Tempo	Tipo da Pista	Caract./ Pista	Cond./ Pista	Sinalização
<input type="checkbox"/> Amanhecendo	<input checked="" type="checkbox"/> Bom	<input checked="" type="checkbox"/> Asfalto	<input checked="" type="checkbox"/> Reta	<input checked="" type="checkbox"/> Seca	<input type="checkbox"/> Inexistente
<input type="checkbox"/> Pleno Dia	<input type="checkbox"/> Nublado	<input type="checkbox"/> Paralelepípedo	<input type="checkbox"/> Curva	<input type="checkbox"/> Molhada	<input type="checkbox"/> Do Agente de Trânsito
<input type="checkbox"/> Anoitecendo	<input type="checkbox"/> Chuva	<input type="checkbox"/> Concreto	<input type="checkbox"/> Aclive Íngreme	<input type="checkbox"/> Inundada	<input type="checkbox"/> Do Semáforo
<input type="checkbox"/> Noite e/ Iluminação	<input type="checkbox"/> Nebulina	<input type="checkbox"/> Cascalho	<input type="checkbox"/> Aclive Suave	<input type="checkbox"/> Poças D'água	<input type="checkbox"/> Faixa de Pedestre
<input checked="" type="checkbox"/> Noite s/ Iluminação	<input type="checkbox"/> Outros _____	<input type="checkbox"/> Terra	<input type="checkbox"/> Declive Íngreme	<input type="checkbox"/> Oleosa	<input checked="" type="checkbox"/> Linha _____
<input type="checkbox"/> Iluminação Deficiente		<input type="checkbox"/> Outros _____	<input type="checkbox"/> Declive Suave	<input type="checkbox"/> Enlameada	<input type="checkbox"/> Placa(s) _____
			<input type="checkbox"/> Lombada	<input type="checkbox"/> Em Obras	<input type="checkbox"/> Lombada eletrônica
			<input type="checkbox"/> Cruzamento	<input type="checkbox"/> Com Buraco	<input type="checkbox"/> Vel. Máx. Perm. _____ KM/H
			<input type="checkbox"/> Rotatória	<input type="checkbox"/> Com Areia	<input type="checkbox"/> _____
			<input type="checkbox"/> Retorno	<input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> _____
			<input type="checkbox"/> Entroncamento	<input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> _____
			<input type="checkbox"/> Bifurcação	<input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> _____

9 - CROQUI DO ACIDENTE DE TRÂNSITO


 ÁRVORE
 VESTÍGIOS
 SEMÁFORO
 PEDESTRE
 BICICLETA OU MOTO
 CARRO DE PEQUENO PORTE
 CAMINHÃO OU ÔNIBUS
 CARRETA



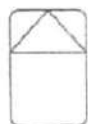
10 - AVARIAS VISUALIZADAS PELO AGENTE DE TRÂNSITO

AVARIAS DO VEÍCULO 1

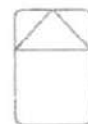
LATERAL ESQUERDA
 LATERAL DIREITA
 PARTE TRASEIRA
 TETO




AVARIAS DO VEÍCULO 3



AVARIAS DO VEÍCULO 2



AVARIAS DO VEÍCULO 4




11 - ☒ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre ☐ Testemunha
Passageiro de ☒ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: Presenciou: ☐ Fato ☐ Registro

Nome MARIA CLARICE DA SILVA
RG N° _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento 1 / 1 / 1
Endereço RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO N° 28 Fone _____
Bairro _____ Cidade PEDRO VELHO UF RN
Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

12 - ☒ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre ☐ Testemunha
Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: Presenciou: ☐ Fato ☐ Registro

Nome ADRIANO SILVA MAIA
RG N° _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento 1 / 1 / 1
Endereço RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO N° 28 Fone _____
Bairro _____ Cidade PEDRO VELHO UF RN
Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

13 - ☐ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre ☐ Testemunha
Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: Presenciou: ☐ Fato ☐ Registro

Nome _____
RG N° _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento _____ / _____ / _____
Endereço _____ N° _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

14 - ☐ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre ☐ Testemunha
Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: Presenciou: ☐ Fato ☐ Registro

Nome _____
RG N° _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento _____ / _____ / _____
Endereço _____ N° _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

15 - SOCORRISTA E VEÍCULO UTILIZADO

Placa _____ Cidade _____ UF _____ Marca/Modelo _____
Nome _____ RG N° _____ Órgão Exp. _____
Endereço _____ N° _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____

16 - IMAGENS / FOTOS ☐ SIM ☐ NÃO AUTUAÇÃO ☐ SIM ☐ NÃO AIT N° _____ CÔD/DESD _____

17 - OBSERVAÇÃO DO AGENTE DE TRÂNSITO

CHEGANDO AO LOCAL, AS VÍTIMAS JÁ HAVIAM, ADRIANO HAVIA SIDO SOCORRIDO PELA AMBULANCIA DE PEDRO VELHO, MARIA CLARICE ESTAVA SENDO SOCORRIDA PELA EQUIPE DO SAMU, O CONDUTOR DE V1 HAVIA SE EVADIDO DO LOCAL, MAS SEGUNDO POPULARES TRATAVA-SE DE FABIANO, ESPOSO DE CLARICE. INFELIZMENTE NÃO FOI POSSÍVEL COLETAR MAIORES INFORMAÇÕES. VEÍCULO NÃO FOI REMOVIDO POR FALTA DE MEIOS.

Nome Completo do Agente RONNY LENARD DA SILVA

POSTO/GRAD.: CB PM 0033.2004 Variação NORE Subunid.: NORE/1ºPRE/5ºDPR

Local e Data PEDRO VELHO - 16 de OUTUBRO de 2016 _____

Assinatura do Agente de Trânsito





Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Pedro Velho
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

NOME: PATRICIO SILVA MORAES

= ENCAMINHAMENTO =

ENCAMINHADO O PACIENTE JULIA CUNHA,
VITÓRIA DE ARIQUÊME AUTOMOTRIZ-
TUBO, COM FRATURAS DE MEMBRAS
ANTERIORES ESQUERDA E DIREITA
RESQUERDAS, NECESSITANDO DESTA
FORMA DE ATENDIMENTO NO
ORTOPEDISTA.
ORTOPEDISTA

[Handwritten signature]
16/07/16

ARUANA DE SOUZA
26 JUL 2016

Scanned by CamScanner



SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL MONSENHOR WALEREDO GURGEL

BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA
CIRURGIA GERAL

PACIENTE **ADRIANO SILVA MAIA**
DATA DE **16/10/2016** HORA **04:49** Nº BAA **212249**
ENTRADA

IDADE **29** SEXO **M** ETNIA
CARTÃO SUS **ESTADO**

CIVIL
RG **2812179**
NOME DA MÃE **MARIA SANTANA SILVA MAIA**
NOME DO PAI

NASCIMENTO **23/10/1986**

TELEFONE **041 8155-7004**
BACHILE **GRADUADO EM MEDICINA**
COMPLEMENTO

CEP **59196-000**
ORIGEM **Ambulância - Interior**
Acidente de trânsito / Carro - Capotamento

ACTO DE TRABALHO **USUÁRIO**
USUÁRIO **Glauber**

NATURALIDADE

PROFISSÃO
EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)

BAIRRO **Centro**
CIDADE **Pedro Velho-RN**

MOTIVO

HISTÓRIA CAUSA EFICIENTE DA LESÃO (ALLEGADA)

CONDIÇÃO PRIMÁRIA (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

A **Visão normal**
B **Inspeção normal**
C **Inspeção normal**
D **Inspeção normal**
E

OUTRAS OBSERVAÇÕES

Adriano florido e robusto
Rebela e ativo
Tórax antecurvado

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE

PRÉ-ATENDIMENTO	PRÉ-ATENDIMENTO	PRÉ-ATENDIMENTO	PRÉ-ATENDIMENTO	PRÉ-ATENDIMENTO	PRÉ-ATENDIMENTO	PRÉ-ATENDIMENTO	PRÉ-ATENDIMENTO
ARTERIAL	POR	TEMP	HORA	PRÉ-ATENDIMENTO	PRÉ-ATENDIMENTO	PRÉ-ATENDIMENTO	PRÉ-ATENDIMENTO
DATA			HORA				
DATA			HORA				

DIAGNÓSTICO INICIAL

CID

MÉDICO (CARIMBO)

ARUANA SECUNDARIA

26 JUL 2018

Scanned by CamScanner



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL
PRONTO SOCORRO CLÓVIS SARINHO

NOME: Adriano Silva Moura ENF: 5º LEITO: 504
 IDADE: 22a PESO: ALTURA: Nº REG: 113 825
 DIAGNÓSTICO: Fratura da tíbia (E) / fêmur (E) / úmero (E)
 TMB, NC:
 DIETA: 101 RAL

EVOLUÇÃO NUTRICIONAL

[illegible]

ARUANA SEGUROS
26 JUL 2019

Scanned by CamScanner





GOV. DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE Secretaria de Estado da Saúde Pública Hospital Regional de Saúde do Oeste Pronto Socorro Clóvis Sarinho	RELATÓRIO DE HISTÓRIA CLÍNICA E EXAME FÍSICO
--	--

Nome: PATRICIO CANDIDO PEREIRA

Leito: 001 Idade: 26 Nº Registro:

HISTÓRIA CLÍNICA E EXAME FÍSICO ADMISSORIAIS

Data: 16/07/2019 Hora: 14:00

Paciente vítima de acidente de trânsito com
colisão frontal de veículo (D.E. Frenada)
de frente (D.E.)

DR. GEM GUARIMPEIRAS
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
(CRM 14781 TEST 11044)

19/07/19
EXAME
FÍSICO

ARUANA SEGUNDO
26 JUL 2019

Scanned by CamScanner



PACIENTE ABRILIO SILVA MAIA Nº 1138251
IDADE 29 **SEXO** M **ETNIA** BRANCA **ESTADO-CM** RJ
NOME DA MÃE MARIA SANTANA SILVA MAIA
NOME DO PAI R. DO ACAMPAMENTO Nº 30
COMPLEMENTO CEP 59106-000 **BAIRRO** Centro
ESPECIALIDADE Ortopedia **CIDADE** Pedro Velho-RN
USUÁRIO Luchr **UNIDADE** Observação 2 **LEITO** 051

ADMISSÃO 14/10/2016 09:11 **ALTA** 23/10/16 **ÓBITO** / **DIAS DE PERMANÊNCIA**

DIAGNÓSTICO INICIAL

DIAGNÓSTICO FINAL

REVISADO
 EM 26/10/16
 Por: Rodo

Assinatura do médico responsável - CRM

ARUANA SEGUROS
 26 JUL 2019

Scanned by CamScanner



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Estado da Saúde Pública

Hospital Monsenhor Wellington Gurgel

Rua da Liberdade, 100 - Centro - Natal - RN

BOLETIM
OPERATÓRIO

IDENTIFICAÇÃO

Nome: ADRIANO SILVA MOTA Reg. Nº: _____
Tipo de intervenção: FEAT. DE UMBILICO (C) + FEAT. DE PERNA (C)
Tipo de intervenção: ACM Urgência: (X) Eletiva: ()

INTERVENÇÃO

Data: 16-10-16 Início: _____ Término: _____ Duração: _____
Operador: DR. GIAN GUARNIERA CRM/CRO: _____
Assistente: _____ CRM/CRO: _____
Anestesiador: _____ CRM/CRO: _____
Cirurgião: _____ CRM/CRO: _____
Anestesiador: _____ CRM/CRO: _____
Cirurgião: _____ CRM/CRO: _____

RELATÓRIO DA INTERVENÇÃO

1) ASPECTO FÍSICO DO PACIENTE: BOA ALIMENTAÇÃO, BOA HIGIENE, BOA VIGILÂNCIA.
2) ASPECTO FÍSICO E ANÁLISE DE SANGUE E URINA: BOA HIGIENE, BOA VIGILÂNCIA.
3) COLUNA LOMBAR: BOA HIGIENE, BOA VIGILÂNCIA.
4) COLUNA LOMBAR: BOA HIGIENE, BOA VIGILÂNCIA.

ARUANA SOUZA

26 JUL 2018

Scanned by CamScanner

2º AUXILIAR

3º AUXILIAR

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA

26 JUL 2013

Scanned by CamScanner

FICHA DE
ACOMPANHAMENTO
SOCIAL

Identificação

Enfermeiro: _____ Leito: _____ UTI: _____ Leito: _____
 Data de admissão: 16/10/16 Alta: _____
 Nome: Adriano Silva Maia Naturalidade: Pedro Velha
 Idade: 29 Sexo: (X) Masculino () Feminino Data de Nascimento: 23/10/1986
 RG: 002 812 129 Estado Civil: Solteiro Nível de Instrução: _____
 Filiação: Pai: Antônio Nilson Maia Mãe: Maria Santana Silva Maia
 Endereço: R- Presidente Castelo Branco, 416 - Purota Cidade: Pedro Velha
 Telefone: 98164-0339 (Residência) () Residencial () Trabalho () Recado
 Contato: 98155-7494 (Linha) Outros telefones: _____
 Composição familiar: Paciente reside com mãe e pai
 Outras informações: Faz uso de (X) Alcool (X) Fumo () Drogas () Psicotrópicos

Situação Ocupacional e Vinculação Previdenciária

Atividade desenvolvida: _____ Trabalho de vínculo empregatício () Não () Sim
 () Aposentado () Auxílio doença () BPC () Autônomo () Pensionista () Desempregado
 Programas de Previdência: () Previdência () Bolsa Família () PETI () PSF () CAPs () SAG
 Interação previdenciária de acidente de trabalho? () Não () Sim Nome da Empresa: _____

Forma de Acesso ao Serviço

() Socorro - prestou atendimento () Trazido por familiares () Trazido pelo SAMU
 () Socorro em via pública () Outros meios
 X) Encaminhado Hospital de origem: Pedro Velha

Critérios para Acompanhante

Possui residência? () Não () Sim Qual o motivo? _____
 Portador de deficiência: () Auditiva () Visual () Física () Mental
 Responsável pelo paciente: Maria Santana Silva Maia
 Parentesco: Mãe Telefone: 981761636
 Endereço do Responsável: O endereço da paciente

Evolução

(Relatório do paciente ao ambiente hospitalar, condições emocionais, participação da família na internação, visitas domiciliares, encaminhamentos, etc.)

Paciente vítima de tentativa de suicídio, internada para observação com prescrição de medicação psiquiátrica. No ato da internação, acompanhada pela Sr. Maria Silva Maia (mãe).

Saída

Como Encaminhamento: IEP () SVO () DO () Out. _____
 Alta hospitalar: Transferência () Destino: _____

ARUANA SEGURA

26 JUL 2016



Hospital Memorial de Natal
AV. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN
Fone: (84)3133-4200 / Fax: (84)3102-1228
hmemorial@veloxmail.com.br

REGISTRO DE ENFERMAGEM

Dados do Paciente

Paciente: **ADRIANO SILVA MAIA**

Registro: **116840** Nº Internação: **2**

Nascimento: **23/10/1986** 30 anos Data Internação: **01/11/2016 11:10:15** Leito: **ENFERMARIA 107-B**

OBSERVAÇÕES GERAIS

PACIENTE RETORNOU DO C.C. EM P.O.I. DE ÚMERO, CONSCIENTE E ORIENTADO O2 AMBIENTE, NA H.V. + ESQ. DE ATB. COMUNICADO A NUTRIÇÃO, SEGUE AOS CUIDADOS DA ENFERMAGEM.

THAZIA

01/11/2016
COREN - 670726
THAZIA JANILE DOS SANTOS SILVA

OBSERVAÇÕES GERAIS

**AS 18HS ADM. CEFALOTINA 1GR + 10ML DE ABX EV.
AS 18HS ADM. DIFIRONA 1AMP. + 8ML DE ABD EV.**

Elizane Santos Rodrigues

01/11/2016
COREN - 1005134

ELIANE SANTOS RODRIGUES

ESTADO GERAL

Higiene
Com auxílio

Respiração
O2 Ambiente

Corado

Deambulação

Arterial

Respiro no leito

Eliminac. Vesical:

Eliminac. Intestinais:

SINAIS VITAIS

Pres. Arterial: **120** X **80**

Pulso: **77**

Temperatura: **36**

°C Respiração: **18**

Saturação O2:

Glicose no sangue:

ACESSO VENOSO

DIETA

Oral

Acalta Parcial

Obs:

QUEIXAS DO PACIENTE

SEM QUEIXAS

Observações Gerais:

PAC. EM PÓS OPERATORIO DE FRATURA DE FEMUR + PÓS DE ÚMERO, NA HIDRATAÇÃO VENOSA COM ESQ. DE ATB. AFERIDO SSVV, SEGUE NO LEITO AOS CUIDADOS DA ENF.

01/11/2016 20:55:20

COREN - 435465

MARIA ELIZABETH DA SILVA

Medicamentos

ARUANA SEGUNDO

26 JUL 2019

Página 1 / 1

Scanned by CamScanner





Hospital Memorial de Natal
AV. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN
Fone: (84) 3133-4200 / Fax: (84) 3102-1238
hmemorial@veloxmail.com.br

REGISTRO DE ENFERMAGEM

Dados do paciente

Paciente: **ADRIANO SILVA MAIA**

Registro: **116840** Nº Internação: **2**

Nascimento: **23/10/1986** 30 anos Data Internação: **01/11/2018** 6 11:10:15 Leito: **ENFERMARIA 107-B**

OBSERVAÇÕES GERAIS

18:00H ADM CEFALOTINA 1 FRASCO + ABD IV
18:00H ADM DIPIRONA 1 AMPOLA + ABD IV
COLOCADO HV 500ML DE SF IV

Joseane

04/11/2018
COREN - 830838

JOSÉANE GOMES DE FREITAS

ESTADO GERAL

Alerta

Decúbito Dorsal

Corado

Aclandado

Higiene

Com auxílio

Respiração

O2 Ambiente

Deambulação

Com auxílio

Eliminaç. Vesicais:

Eliminaç. Intestinais:

SINAIS VITAIS

Pres. Arterial: **110** X **80**

Pulso: **74**

Temperatura: **36**

°C Respiração: **20**

Saturação O2:

Glicose no sangue:

ACESSO VENOSO

DIETA

Oral

Obs:

Alimentação Total

QUEIXAS DO PACIENTE

Observações Gerais:

PACIENTE EM POS OPERATORIO DE FRATURA DO FEMUR RESTRITO NO LEITO
AFERIDO SSVV NO HVP COM EBO DE ATB DIURESE ESPONTANEA DIETA VIA ORAL
EM O AMBIENTE, SEGUE SOB CUIDADO DA ENFERMAGEM

04/11/2018 22:51:06

COREN - 331991

ALEXSANDRO FERNANDES DE SOUSA

OBSERVAÇÕES GERAIS

AS 22:00 FOI ADM TRAMADOL 100MG INJ SF0,9% 100 ML SERINGA 05 ML, RANITIDINA
150MG VO

AS 24:00 FOI ADM CEFALOTINA INJ ABD 10 ML SERINGA 10 ML + DIPIRONA INJ ABD 10
ML SERINGA 10 ML

AS 06:00 FOI ADM DIPIRONA 500MG/2ML INJ ABD 10 ML SERINGA 10 ML + CEFALOTINA 1G
INJ ABD 10 ML SERINGA 10 ML

Alexsandro

05/11/2018

COREN - 331991

ALEXSANDRO FERNANDES DE SOUSA

Med. Veto

ARUANA SEIGOR

26 JUL 2018

Página 1 / 1

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: PATRICIO CANDIDO PEREIRA - 26/04/2019 09:30:40

https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042609282324200000040968418

Número do documento: 19042609282324200000040968418

Num. 42358844 - Pág. 2



Hospital Memorial de Natal
AV. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN
Fone: (84)3133-4200 / Fax: (84)3102-1228
hmemorial@veloxmail.com.br

EVOLUÇÃO DIÁRIA DE CURATIVO

Dados do Paciente

Paciente: **ADRIANO SILVA MAIA**

Registro: **116840** N° Internação: **2**

Nascimento: **23/10/1986** 30 anos Data Internação: **01/11/2016 11:10:15**

Leito: **ENFERMARIA 107-B**

Limpeza: **S.F.O. 9% GAZES, LUVA DE PROCEDIMENTO, LUVA**

Tipo de Ferida: **LIMPA**

Localização: **BRACO E FEMUR**

Condições do Leito: **SEM PRESENÇA DE SECREÇÃO**

EXSUDATO DA FERIDA

☐ Seroso ☐ Purulento ☐ Sanguinolento ☐ Serosanguinolento ☐ Piosanguinolento ☒ Sem Exsudato

PELE - PERILESIONAL

☒ Inteira ☐ Escoriada ☐ Sinal Flogísticos ☐ Descamada ☐ Alérgica/Dermatite ☐ Macerada

Quantidade: Selecione uma opc Olor: Selecione uma opc

☐ Distintas ☒ Regulares ☐ Irregulares

- OBSERVAÇÕES GERAIS

02/11/2016 11:03:34
COREN - 963853

BRENDA SANDRINELLE FIGUEIREDO DE LIMA

- ESTADO GERAL

Alerta

Desábido Dorso

Corado

Acianótico

Higiene
Com auxílio

Respiração
O2 Ambiente

Deambulação
Restrito ao leito

Eliminac. Vesicais: **PRESENTE**

Eliminac. Intestinais:

SINAIS VITAIS

Pres. Arterial: **120 X 80**

Pulso: **78**

Temperatura: **36,6**

°C Respiração: **20**

Saturação O2:

Glicose no sangue:

ACESSO VENOSO

DIETA

Oral

Obs:

Alceta Total

QUEIXAS DO PACIENTE

H.V. EM MSD

Observações Gerais:

PACIENTE EM POS OPERATORIO DE FRATURA DE FEMUR + POS OPERATORIO DE BRACO
D.H.V. EM MSD COM ESQUERMA DE TABICEFALOTINA 01 G DE SEMIVERICADO S8VY SEM
ALTERACOES AMPINIS. MEDICAMENTOS DE HORARIO SEGUE NO LEITO AOS CUIDADOS DA
ENFERMAGEM E A.V.M.

02/11/2016 18:18:24

COREN - 199689

VIVIANE NUNES DA SILVA

OBSERVAÇÕES GERAIS

18:00H FOI ADMINIS. CEFALOTINA 01 G 01 FRASCO + 01 ABD IV + 01 SERINGA 10 ML

18:00H FOI ADMINIS. DIPIRONA 500MG 01 AMP + 10 ABD IV + 01 SERINGA 10 ML

ARUANA SEGUNDO
26 JUL 2019

02/11/2016

COREN - 199689

VIVIANE NUNES DA SILVA

Hospital Memorial de Natal
AV. JUVENIL D. MARTINS, 979 - TRIOI - NATAL/RN
Fone: (84) 3133-4200 / Fax: (84) 3102-1228

REGISTRO DIÁRIO DE ENFERMAGEM

Paciente: ADRIANO SILVA MAIA Registro: 116840 Nº Internação: 1
Nascimento: 23/10/1986 30 anos Data Internação: 23/10/2016 10:57:52 Leito: ENFERMARIA 107-B

- ESTADO GERAL		- Acesso Venoso	
Higiene	Com auxílio	Pras. Arterial: 120 x 80	DIETA
Alimentação	Com auxílio	Pulso: 85	Obs: OMI
Decúbito Dorsal	Com auxílio	Temperatura: 36,1 °C	Aspiração Total
Cardio	Com auxílio	Saturação O2: 98	DIETA
Acuidade	Com auxílio	Glucose no sangue:	Obs: OMI
Emissão de Vozes: PRESENTE		SEM QUEIXAS DO PACIENTE	
Emissão de Vozes: PRESENTE		Glucose no sangue:	
Emissão de Vozes: PRESENTE		Glucose no sangue:	

RECEBO PACIENTE EM POS DE LITTO, DIETA VO, HY EM MRP, E DURESE
ESPONTANEA, RESPE AOS CUIDADOS DA EQUIPE
OBSERVAÇÕES GERAIS: 18:00H ADM CEFALOTINA 1 FRASCO + ABD IV, 18:00H ADM DIFENOMA 1 AMPOLA + ABD IV.

- ESTADO GERAL		- Acesso Venoso	
Higiene	Com auxílio	Pras. Arterial: 120 x 80	DIETA
Alimentação	Com auxílio	Pulso: 78	Obs: OMI
Decúbito Dorsal	Com auxílio	Temperatura: 36,1 °C	Aspiração Total
Cardio	Com auxílio	Saturação O2: 98	DIETA
Acuidade	Com auxílio	Glucose no sangue:	Obs: OMI
Emissão de Vozes: PRESENTE		SEM QUEIXAS DO PACIENTE	
Emissão de Vozes: PRESENTE		Glucose no sangue:	
Emissão de Vozes: PRESENTE		Glucose no sangue:	

RECEBO PACIENTE EM POS DE LITTO, DIETA VO, HY EM MRP, E DURESE
ESPONTANEA, RESPE AOS CUIDADOS DA EQUIPE
OBSERVAÇÕES GERAIS: 18:00H ADM CEFALOTINA 1 FRASCO + ABD IV, 18:00H ADM DIFENOMA 1 AMPOLA + ABD IV.

- ESTADO GERAL		- Acesso Venoso	
Higiene	Com auxílio	Pras. Arterial: 120 x 80	DIETA
Alimentação	Com auxílio	Pulso: 78	Obs: OMI
Decúbito Dorsal	Com auxílio	Temperatura: 36,1 °C	Aspiração Total
Cardio	Com auxílio	Saturação O2: 98	DIETA
Acuidade	Com auxílio	Glucose no sangue:	Obs: OMI
Emissão de Vozes: PRESENTE		SEM QUEIXAS DO PACIENTE	
Emissão de Vozes: PRESENTE		Glucose no sangue:	
Emissão de Vozes: PRESENTE		Glucose no sangue:	

RECEBO PACIENTE EM POS DE LITTO, DIETA VO, HY EM MRP, E DURESE
ESPONTANEA, RESPE AOS CUIDADOS DA EQUIPE
OBSERVAÇÕES GERAIS: 18:00H ADM CEFALOTINA 1 FRASCO + ABD IV, 18:00H ADM DIFENOMA 1 AMPOLA + ABD IV.



Hospital Memorial de Natal
AV. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN
Fone: (84)3133-4200 / Fax: (84)3102-1228
tmemorial@veloznet.com.br

REGISTRO DE ENFERMAGEM

Paciente: **ADRIANO SILVA MAIA**

Registro: **116840** Nº Internação: **1**

Leito: **ENFERMARIA 107-B**

OBSERVAÇÕES GERAIS

AS 20:00 FOI ADM RANITIDINA 150MG VO, HEPARINA 0.25 SC
AS 24:00 FOI ADM TRAMAL COMP 50MG VO POR ESTAR SENTINDO DORES

Alexandro

26/02/2016
COREN - 331991

ALEXSANDRO FERNANDES DE SOUSA

ESTADO GERAL

Alerta

Deitado Dorsal

Corado

Acidótico

Higiene

Com auxílio

Respiração

Com auxílio

Occlusão

Com auxílio

Eliminac. Vesical: **PRESENTE**

Eliminac. Intestinal:

SINAIS VITAIS

Pres. Arterial: **118 X 80**

Pulso: **80**

Temperatura: **38.7** °C

Respiração: **20**

Saturação O2: **100**

Glicose no sangue:

ACESSO VENOSO

DIETA

Obs:

Alcanta Total

QUEIXAS DO PACIENTE

SEM QUEIXAS ATÉ O MOMENTO.

Observações Gerais:

PACIENTE EM PRÉ OPERATÓRIO DE FRATURA EM FÊMUR-ANTERIORES COM TRACÃO EM
MIE. AFERIDOS SVV. HIGIENIZADO. TROCA DO ROUPA DE CAMA. MEDICADO CONFORME
PRESCRITO. SEGUIR AOS CUIDADOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM.

26/02/2016 09:18:40

COREN - 108842

LUIZ PEREIRA DA SILVA

OBSERVAÇÕES GERAIS

AS 8hs ADM ANTAK 100mg VO
AS 8hs ADM HEPARINA 0.25 SC

ARUANA SEGUNDO
26 JUL 2019

26/02/2016
COREN - 108842

LUIZ PEREIRA DA SILVA

MediWare

Página 1 / 1

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: PATRICIO CANDIDO PEREIRA - 26/04/2019 09:30:40

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042609282324200000040968418>

Número do documento: 19042609282324200000040968418

Num. 42358844 - Pág. 6

REGISTRO DE ENFERMAGEM - ADMISSÃO

Dados do Paciente

paciente: **ADRIANO SILVA MAIA**

ascimto: 23/10/1986 30 anos

companhante:

Registro: 116840

Nº Internação: 1

Data Internação: 23/10/2016 10:57:52

PROCEDÊNCIA
PACIENTE ADMITIDO NESTE SETOR PROVENIENTE DO HMWG. PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRURGICO, COM FRATURA DE FEMUR E BRACO ESQUERDO.

ESTADO GERAL

☒ Consciente
Inconsciente

☒ Responsivo
Sonolento

☒ Corado
Hipocorado

Cianótico
☒ Acianótico

Respiração:

☒ O2 Ambiente

Máscara de Venture

Observações:

Higiene

☒ Com Auxilio

Sem Auxilio

Observações:

Deambulação

☒ Com Auxilio

Sem Auxilio

Observações:

☒ Restrito ao leito

SINAIS VITAIS

Pressão Arterial:

Temperatura:

Pulso:

Respiração:

ANAMNESE

Doenças Clínicas
DESCONHECE

Uso de Medicamentos
NEGA

Alergias Medicamentosas
DESCONHECE

Integridade da Pele
INTEGRA

ACESSO VENOSO

Tipo:

Local:

Hiperemia

Tempo:

Dor

Edema Temperatura:

DIETA

Tipo: ☒ Oral

Sonda Nasogástrica

Sonda Nadoenteral

☒ Aceita

Aceita Parcial

Não Aceita

Observações:

DIURESE

Sonda:

Espontâneo:

Observações Gerais:

Documentação e Exames:

PACIENTE EM PRÉ OPERATÓRIO DE FRATURA DE FEMUR, COM USO DE TRACAO, AFERIDOS SSVV, COMUNICADO A NUTRICÃO DE SUA CUIDADOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM.

2 FOLHAS DE RX, XEROX DE DOC PESSOAIS

ARUANA SEGUROS
26 JUL 2019

23/10/2016 13:05:00
COREN - 1058622

LIRIO PEREIRA DA SILVA

[illegible]

Hospital

AV. JUVENIL

Fone: (04) 3102-1228

Endereço: Av. Juv. 978 - Fátima - São Paulo - SP

Site: www.hospitalveloz.com.br

COLEJO DE CIRURGIA SEGURA

01/11/2018 11:07:05

1 Paciente: ADRIANO SILVA MAIA

30 anos

Interação: 23/10/2016 10:57:52

Leito: ENFERMARIA

ANTES DO ATO CIRÚRGICO

01/11/2018 11:07:05

COREN: 482085

Observações:

PACIENTE ADMITIDO NO C.C. PROVENIENTE DO LEITO NA MACA ACOMPANHADO DO MAQUEIRO PARA REALIZAR
CIRURGIA DE HYP. PACIENTE CONSCIENTE ORIENTADO EM O° AMBIENTE EM JEJUM SIC.
VIAINT. 1% E SEGUIE AOS CUIDADOS DA EQUIPE D

Coagulação pré-existente:

Há reserva sanguínea: NÃO

Prótese: NÃO

Jóias: NÃO

Membro e lado da cirurgia: NBE

Exame Laboratorial: SIM

Risco Cirúrgico: NÃO

Raio X: PRÉ: SIM-OTD: 2

Alergias (medicamentos, iodo, esparadrapo): NÃO

Assinatura Responsável

Outros Exames:

SRPA

01/11/2018 11:07:05

COREN: 482085

Nível consciência: CONSCIENTE ORIENTADO

Oxigenoterapia: O2 AMBIENTE

Acesso venoso: SIM

Diurese: SIM

Acianótico: NÃO

Pálido: NÃO

Sudorese: NÃO

Tremores:

Hipotensão: NÃO

Raio X de Controle: NÃO

Medicação administradas:

Encaminhamento:

PACIENTE DE POI ENCAMINHADO AO LEITO CONSCIENTE ORIENTADO EM O°
AMBIENTE NA HYP. COM FERIDA OPERATORIA LIMPA E OCLUIDA DIURESE ESPONTANEA
CONTROLE DE POS-OPERATORIO SEM INTECORRENCIA ATE O MOMENTO E SEGUIE
ACOMPANHADO DO MAQUEIRO E TEC. DE ENFERMAGEM DO POSTO.

Assinatura Responsável

ARUANA SEGURDE
26 JUL 2018

Scanned by CamScanner

BOLETO DE CIRURGIA SEGURA

- DURANTE E APÓS O ATO CIRÚRGICO

Tipo: BLOQUEIO PLEXO

Anestesiologista: DR. MAXWELL K

Tipo: FRATURA DE UNHO E

Cirurgião: DR. HERMAN

Instrumentador: JULIANA

Circulante: JOSE ROBERTO

Tipo curativo: LIMPO E OCLUIDO

Tem material para biópsia/cultura: NÃO

Inf. sanguínea: NÃO

Monitoração correta: SIM

Placa de bisturi: SIM

Antibiótico profilático?: CEFALOTINA 2G

Medicação administradas:

ADMINISTRADO 2G DE KEFLIN EV PO DR. MAXWELL K

Intercorrências / Observações:

PACIENTE ENCAMINHADO AO CRO CONSCIENTE ORIENTADO EM O AMBIENTE NA HYP EM MSD VIAL SF 0.5%
+CONCENTRADO FOI OPERADO DE UNHO E COM CURATIVO LIMPO COM BOLETIM DE SALA COM EXAMES
SEGUIR AO CUIDADO DA ENFERMAGEM

FICHA DE CONTROLE DE INFECÇÃO EM CIRURGIA

-CONTROLE DE INFECÇÃO EM CIRURGIA-

Potencial de Contaminação: 2


RONALDO FARIAS

COREN - 246042

ARUANA SEGURDES
26 JUL 2019

Scanned by CamScanner



N: AII 241610077516-5

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Unidade Solicitante:
HOSPITAL MEMORIAL
Unidade Executante:
HOSPITAL MEMORIAL
Logradouro, Endereço, Nº, Complemento, Bairro
AV JUVENAL LAMARTINE - 979 - - TIROL
Município Regulador
NATAL
Data de Solicitação
03.11.2016 - 12:44:33
Data de Autorização
03/11/2016 - 18:09:05
Data de Reserva
03.11.2016
Data de Internação
04.11.2016
Data Prevista de Alta
08.11.2016
Data de Alta
07/11/2016 - 13:43:00
Motivo da Alta
1.1 ALTA CURADO

CNES:
2408252
CNES:
2408252
Município
NATAL

Operador
ANTUNES
Operador
05011400425FREE
Operador
33391521449FRAJ
Operador
33391521449FRANCISCA

DADOS DO PACIENTE

CNS
708809530361283
Nome do Paciente
ADRIANO SILVA MAIA
Sexo:
MASCULINO
Data de Nascimento:
23/10/1986 (30 anos)
Nome da Mãe:
MARIA SANTANA SILVA MAIA
Tipo Logradouro:
RUA
Número:
S/N
País de Residência:
BRASIL
Telefone(s):
(84) 8157-0850 (Exibir Lista Detalhada)
Nome do Responsável

Nome Social/Apelido:

Raça:
PARDA
Tipo Sanguíneo:

Naturalidade:
PEDRO VELHO - RN

Logradouro:
PRESIDENTE CASTELO BRANCO
Bairro:
CENTRO
Município de Residência:
PEDRO VELHO

Complemento:

CEP:
59196000
UF:
RN

Telefone do Responsável

DADOS DA SOLICITAÇÃO

CPF do Médico Solicitante:
85145475420
CPF do Médico Executante:
85145475420
Diagnóstico Inicial - CID:
FRATURA DA DIÁFISE DO ÚMERO - S423
Classificação de Risco
AMARELO - urgência, atendimento o mais rápido possível.
Caráter
11 - Urgência
Clínica:
ESPEC - CIRURGICO - ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA
Procedimento Solicitado:
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DO ÚMERO

Nome do Médico Solicitante:
HERMANN COSTA GOMES
Nome do Médico Executante:
HERMANN COSTA GOMES

Status da Solicitação:
APROVADO

Clínica Complementar:
Nenhuma
Código:
0408020393

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO









Principais Sinais e Sintomas Clínicos:
paciente vítima de trauma em braço esquerdo apresentando fratura do úmero (pact. recuperação)

ARUANA SEGURO
26 JUL 2019

http://sisregiionordeste.saude.gov.br/cgi-bin/cons_verificar_aih?ordem=2&offset=0&o... 16/11/2016

Scanned by CamScanner



HOSPITAL  AV. J. A. F.        <

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS
PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Hospital Memorial de Natal

ENFERMARIA 107-B

Médico: CRM - 4843 - HERMANN COSTA GOMES

LAUDO MÉDICO PARA SITUAÇÕES ESPECIAIS

LAUDO MÉDICO PARA SOLICITAÇÃO DE:

☐ Mudança de Procedimento

☐ Diária de U.T.I.

☐ Diária de Acompanhante

☐ Vacina Anti RH

☐

☒ Uso de Prótese, Ortese

☐ Uso de Fatores de Coagulação

☐ Uso de Oxigenadores

☐ Nutrição Parenteral

☐

HOSPITAL

10.857.687/0001-10 Hospital Memorial de Natal

PACIENTE

118840-1 - ADRIANO SILVA MAIA

PROCEDIMENTO ANTERIOR

PROCEDIMENTO SOLICITADO

MÉDICO SOLICITANTE

CRM

CPF

HERMANN COSTA GOMES

4843

851.494.754-20

JUSTIFICATIVA

1 HASTE INTRAMEDULAR BLOQUEADA 13X360

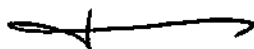
2 PARAFUSOS DE BLOQUEIO

1 TAMPÃO

OSTEOSSÍNTESE DIAFÍSE DO FEMUR

ARUANA SEIGORCE
26 JUL 2019

ASSINATURA DO MÉDICO SOLICITANTE



CRM

4843

DATA

27/10/2016 17:25:38

AUTORIZAÇÃO

AUDITOR

CRM

DATA

Scanned by CamScanner



ARUANA SEGUROS
26 JUL 2013

CONSULTA A IH GERADA

Código 181579056

N. AIH 241610074484-9

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Unidade Solicitante:
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL
Unidade Executante:
HOSPITAL MEMORIAL
Logradouro, Endereço, Nº, Complemento, Bairro
AV JUVENAL LAMARTINE - 979 - - TIROL
Município Regular: NATAL
Data de Solicitação: 18.10.2016 - 19:00:26
Data de Autorização: 21/10/2016 - 18:30:17
Data de Reserva: 21.10.2016
Data de Internação: 23.10.2016
Data Prevista de Alta: 30.10.2016
Data de Alta: 04/11/2016 - 11:13:50
Motivo da Alta: 1.2 ALTA MELHORADO

CNES:
2653923
CNES:
2408252
Município:
NATAL
Operador: 01987736419MAF
Operador: 63723034420MAF
Operador: 33391521449FRA
Operador: 33391521449FRANCISCA

DADOS DO PACIENTE

CNS
708609530361283
Nome do Paciente:
ADRIANO SILVA MAIA
Sexo:
MASCULINO
Data de Nascimento:
23/10/1986 (30 anos)
Nome da Mãe:
MARIA SANTANA SILVA MAIA
Tipo Logradouro:
RUA
Número:
S/N
País de Residência:
BRASIL
Telefone(s):
(84) 8157-0850 (Excl. Lista Destinada)
Nome do Responsável:
...

Nome Social/Apelido:
...
Raça:
PARDA
Tipo Sanguíneo:
...
Naturalidade:
PEDRO VELHO - RN

Logradouro:
PRESIDENTE CASTELO BRANCO
Bairro:
CENTRO
Município de Residência:
PEDRO VELHO

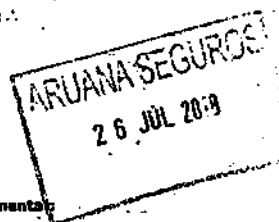
Complemento:
...
CEP:
59196000
UF:
RN

Telefone do Responsável

DADOS DA SOLICITAÇÃO

CPF do Médico Solicitante:
70342547453
CPF do Médico Executante:
85145475420
Diagnóstico Inicial - CID:
FRATURA DA DIÁFISE DO FÊMUR - S723
Classificação de Risco:
VERMELHO - emergência, necessidade de atendimento imediato.
Caráter:
11 - Urgência
Clínica:
ESPEC - CIRURGICO - ORTOPEQUIATRAUMATOLOGIA
Procedimento Solicitado:
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DO FÊMUR

Nome do Médico Solicitante:
GEAN GUARNIERE RODRIGUES DANTAS
Nome do Médico Executante:
HERMANN COSTA GOMES
Status da Solicitação:
APROVADO



Clínica Complementar:
Nenhuma
Código:
0468050519

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

Principais Sinais e Sintomas Clínicos:
Traumatismo em MIE e MSE, referindo dor, edema, deformidade e limitação funcional. Segue aos cuidados da ortopedia.

http://sisregiiniordeste.saude.gov.br/cgi-bin/cons_verificar_aih?ordem=2&offset=0&o... 16/11/2016

Scanned by CamScanner





Hospital Memorial de Natal

AV. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN
Fone: (84)3133-4200 / Fax: (84)3102-1228
hmemorial@veloxmail.com.br

Data: 23/10/2016 10:59

Paciente: **ADRIANO SILVA MAIA** Registro: 116844
Num. RG: 002812179 CPF: 081.827.034-92 Nascimento: 23/10/1986 30 anos Sexo: Masculino Est. Civil: Solteiro(a)
Endereço: DO ACAMPAMENTO N.: 30 Bairro: CENTRO
Cidade: PEDRO VELHO UF: RN CEP: 59198000 Fone: 8498164033
Profissão: APOSENTADO Mãe: MARIA SANTANA SILVA MAIA

Num Internamento: 1 Entrada: 23/10/2016 10:57 Previsão saída: 25/10/2016 11:00 Atendente: CLAUDIA F
Convênio: SUS ESTADUAL Matrícula/CNS: 898004057191392
Médico: Dr. HERMANN COSTA GOMES CRM: 4843

ENFERMARIA 107-B

Responsável: MARIA SANTANA SILVA MAIA
CPF: 914.847.904-72 RG: 794109

- 1 - Autorizo o(a) **Dr. HERMANN COSTA GOMES** a realizar o seguinte procedimento, tratamento
- 2 - O(A) **Dr. HERMANN COSTA GOMES** explicou-me claramente a proposta do tratamento, procedimento a qual serei submetido(a), seus benefícios, riscos, complicações potenciais e alternativas. Tive a oportunidade de fazer perguntas, e todas foram respondidas satisfatoriamente. Entendo que não existe garantia absoluta sobre os resultados a serem obtidos.
- 3 - Autorizo qualquer outro procedimento / tratamento, incluindo transfusão de sangue, em situações imprevista que possam ocorrer e necessitem de cuidados diferentes daqueles inicialmente proposto.
- Razão por que o paciente não assinou o presente Termo de Ciência e Consentimento e Responsabilização:
Preenchido pelo responsável do paciente

Assinatura: [] Paciente [X] Responsável

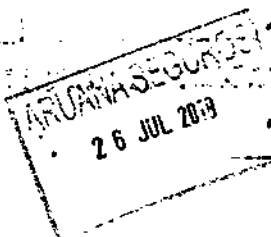
SER PREENCHIDO PELO MÉDICO

Certifico que expliquei detalhadamente a este paciente, ou ao seu responsável, o procedimento, cirurgia, seus benefícios, riscos e suas alternativas, respondi satisfatoriamente todas as perguntas do paciente e acredito que o paciente / responsável compreendeu todo o que expliquei.

Dr. HERMANN COSTA GOMES - CRM 4843

MedicWare

Página 1 / 1



Scanned by CamScanner



Hospital Memorial de Natal

AV. JUVENAL LAMARTINE, 070 - TIROL - NATAL/RN
Fone: (84) 3193-4200 / Fax: (84) 3193-4228
hmemorial@vovoxmail.com.br

FICHA DE INTERNAMENTO

Data: 23/10/2016 10:59

IANO SILVA MAIA

Registro: 116040

179

CPF: 081.827.034-82 Nascimento: 23/10/1988 30 anos Sexo: Masculino Est.Civil: Solteiro(a)

Local de DO ACAMPAMENTO

N: 30

Bairro: CENTRO

Cidade: PEDRO VELHO

UF: RN

CEP: 59196000

Fone: 84501640339

Profissão: APOSENTADO

Mãe: MARIA SANTANA SILVA MAIA

Num Internamento: 1

Entrada: 23/10/2016 10:57 Previsão saída: 25/10/2016 11:00 Atendente: CLAUDIA F

Convênio: SUS ESTADUAL

Matrícula/CNS: 898004057191382

Médico: Dr. HERMANN COSTA GOMES

CRM: 4843

ENFERMARIA 107-B

Responsável: MARIA SANTANA SILVA MAIA

CPF: 914.847.904-72

RG: 794109

Parentesco: MAE

Declaro para fins de direito, que assumo plena responsabilidade na qualidade de devedor principal e/ou solidário por quaisquer despesas realizadas pelo paciente acima qualificado, sendo ou não paciente acima mencionado associado a qualquer instituição que mantenha convênio com o Hospital, seja para pagamento total ou parcial de tratamento médico-hospitalar ou ambulatorial.

Declaro para os fins de direito que assumo plena responsabilidade por qualquer importância que não for paga ao Hospital Memorial de Natal pela instituição conveniada a qualquer título.

Declaro ainda a validade das despesas já mencionadas até a liquidação total do débito, que autorizo seja acrescido de juros de mora e correção pelos índices oficiais, a partir da alta hospitalar, bem como as despesas de cobrança, se houver. A credora está autorizada a emitir as respectivas duplicatas em caso de inadimplência valendo o presente documento para efeitos legais como Contrato de prestação de serviços.

Assinatura: [] Paciente ☒ [] Responsável

Maria Santana Silva Maia

DUAS FOLHAS DE RX LAUDO DO SUS MEDICO CIENTE

ARUANA SEGURO
26 JUL 2016

Scanned by CamScanner



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Pedro Velho
Rua João Pessoa, 1, Centro, PEDRO VELHO - RN - CEP: 59196-000

Processo: 0800094-98.2019.8.20.5147

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: ADRIANO SILVA MAIA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro o pedido de gratuidade judiciária, a teor do art. 98 e seguintes do CPC.

Inicialmente, em já constatado que nas ações de cobrança de DPVAT raramente ocorre acordo antes de realizada a perícia médica, entendo que a audiência de conciliação pode ser postergada para momento após a inspeção médica, justificando as adaptações promovidas no procedimento, com vistas à máxima efetividade dos atos processuais e à maior celeridade do feito, a fim de que o direito material seja promovido, já que o seu principal escopo será atendido com mais eficácia em se realizando a perícia primeiro.

Assim sendo, não obstante a previsão legal do art. 334 do CPC, deixo de marcar audiência prévia de conciliação e, ato contínuo, **determino:**

1) A CITAÇÃO da parte demandada para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC), sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial; bem como para indicar assistente técnico e formular quesitos, sob pena de preclusão dos atos de nomeação de assistente e oferecimento de quesitos.

2) Elencadas as preliminares traçadas no art. 337 do CPC ou qualquer matéria extintiva ou modificativa do direito do autor, ou, se a ré juntar documentos novos, **intime-se a parte promovente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica (art. 350 do CPC), bem como para apresentar quesitos e indicar assistente técnico, se não o fez na petição inicial, sob pena de preclusão.**



3) Cumpridas as diligências ou decorridos os prazos acima declinados, intime-se a **Seguradora Líder** para que realize o depósito dos honorários periciais, em 15 (quinze) dias, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), nos termos do Convênio nº 01/2013, firmado entre a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e o TJRN.

4) Após, tendo em vista a necessidade de realização de perícia médica capaz de atestar o grau da lesão, em tese, sofrida pela parte autora, oficie-se ao Núcleo de Perícias solicitando a relação de peritos para nomeação, caso o feito não seja incluído antes em mutirão.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

PEDRO VELHO/RN, 18 de julho de 2019

RICARDO HENRIQUE DE FARIAS

Juiz de Direito em Substituição Legal

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



em anexo formato PDF



EXCELENTÍSSIMO(A) SR(A) DR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA _____ VARA ÚNICA
CÍVEL DA COMARCA DE **PEDRO VELHO/RIO GRANDE DO NORTE.**

-PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA.
-REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO NEGADO JUNTO A LIDER.

ADRIANO SILVA MAIA, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG nº 002.812.179 SSP/RN, CPF nº 081.827.034-92, residente e domiciliado na RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, Nº S/N, CENTRO, PEDRO VELHO/RN, CEP.: 59.196-000, por intermédio de seu advogado e procurador *in fine* assinado, procuração anexa (doc. 01), **com endereço Profissional São Francisco, nº 124, Centro, na Cidade de Pedro Velho/RN, CEP.: 59.196-000, fone: (84) 98120-3315, (83) 98700-8099, E-mail: patricioadv@hotmail.com,** com fundamento na Lei nº 6.194/1974 e Código Civil, vem perante Vossa Excelência, promover a presente

AÇÃO DE COBRANÇA (DPVAT/ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO) INVALIDEZ PERMANENTE

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 09.248.608/0001-04, podendo ser citada por intermédio de seu representante legal, na RUA DA ASSEMBLEIA, nº 100, 26º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP.: 20011-904,** expondo e requerendo ao final o seguinte:

AB INITIO, diante da situação em que se encontra o promovente, requesta inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

Douto Julgador, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, **nada basta além do simples pedido**, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial. Assim apregoa a Lei de nº 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º caput, que nos diz o seguinte:

ART. 4º CAPUT: "A PARTE GOZARÁ DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, **MEDIANTE SIMPLES AFIRMAÇÃO**, NA PRÓPRIA PETIÇÃO INICIAL, DE QUE NÃO ESTÁ EM CONDIÇÕES DE PAGAR AS CUSTAS DO PROCESSO E OS HONORÁRIOS DE ADVOGADO, SEM PREJUÍZO PRÓPRIO OU DE SUA FAMÍLIA".

Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso a Justiça.

-PRELIMINARMENTE:

Brasil – Estado do Rio Grande do Norte



Antes de adentrar aos fatos da presente demanda, vale ressaltar que a parte autora REQUEREU ADMINISTRATIVAMENTE O SEGURO DPVAT JUNTO AOS CORREIOS, através do sinistro 3180344885, e teve seu pedido NEGADO.

SINISTRO 3180344885 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ADRIANO SILVA MAIA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO ARUANA SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO ADRIANO SILVA MAIA

CPF/CNPJ: 08182703492

Posição em 10-04-2019 08:51:10

Seu pedido de indenização foi negado.

-DOS FATOS:

O promovente foi vítima de acidente automobilístico, fato verificado no dia 16 DE OUTUBRO DE 2016, na RN 269, nesta cidade de Pedro Velho/RN.

O sinistro se deu quando o autor ia na condição de passageiro no veículo FIAT UNO MILLE FIRE FLEX – COR BRANCA – ANO 2005/2006 – PLACAS KJT 9228 RN, conduzido por FABIANO, e na referida Rodovia o condutor perdeu o controle e ocasionou o sinistro.

Tudo conforme BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT, anexado a inicial.

O autor foi socorrido para o posto local (encaminhamento anexo) e encaminhado para o HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL, em seguida, foi transferido para o HOSPITAL MEMORIAL DE NATAL, em NATAL/RN.

Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Pedro Velho
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

NOME: ADRIANO SILVA MAIA

ENCAMINHAMENTO

ENCAMINHADO O PCT. SUPRA CITA, VÍTIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO, COM FRATURAS DE MEMBRAS SUPRA E INFERIORES DE AMBAS AS MÃOS, PERTELECENDO DESTA FORMA AS AVALIAÇÕES DO ORTOPEDISTA.

Caratolado



Vale ressaltar, que devido sinistro o autor sofreu vários traumas pelo corpo, em especial, fratura nos ossos da perna esquerda (tíbia e fêmur) e braço esquerdo, onde sofreu intervenção cirúrgica e permaneceu internada por vários dias.

Sabendo da existência do seguro obrigatório DPVAT, aciona a PROMOVIDA para que fosse paga a respectiva apólice, pois todos os proprietários de veículos automotores pagam anualmente o seguro de acidentes pessoais obrigatório. A norma legal ainda determina que a seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para o pagamento do DPVAT, **O QUE NA REALIDADE NÃO ACONTECE.**

Percebe-se, MM. Magistrado, que para o pagamento do seguro obrigatório só precisa SIMPLES PROVA DO ACIDENTE, bem como, que esta **seqüela foi decorrente de acidente automobilístico.** Senão vejamos, o que têm decidido nossos Tribunais Pátrios:

“34022772 – INDENIZAÇÃO – SEGURO – DPVAT – ACIDENTE DE TRÂNSITO – INVALIDEZ PERMANENTE – PROVA – Evidenciado nos autos as provas necessárias a demonstrar o acidente de trânsito e os danos permanentes na vítima, impõe-se o pagamento do seguro obrigatório DPVAT. (TAMG – AC 0315761-7 – 6º Cív. – Rel. Juiz Dárcio Lopardi Mendes – J. 21.09.2000)”

RECURSO: 621/05 (PROC. 44-530/04) – SEGURO DPVAT – INVALIDEZ PERMANENTE – PERÍCIA TÉCNICA – INEXATIDÃO DO GRAU DE INVALIDEZ – DESNECESSIDADE – VALOR DA INDENIZAÇÃO

CIVIL - INDENIZAÇÃO - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - PERÍCIA TÉCNICA. INEXATIDÃO DO GRAU DE INVALIDEZ. DESNECESSIDADE. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REPELIDA. VALOR DA INDENIZAÇÃO CONSOANTE A LEI DE REGÊNCIA. 1) - Se os elementos de prova dos autos, aliados à verossimilhança da versão do ofendido e de outras provas documentais, fazem emergir claramente o nexo causal entre o fato, as lesões e suas conseqüências, desnecessária se torna a realização de perícia técnica, não havendo o que se falar em complexidade da matéria probante que pudesse afastar a competência do Juizado Especial Cível. 2) - Configurada de modo efetivo, a invalidez permanente, ainda que não tenha resultado privação para o exercício laboral, faz jus a vítima ao seguro obrigatório, em percentual correspondente à extensão da lesão, porquanto as normas que regem a matéria não exigem a inteireza da invalidez, ou uma certa medida da perda física, mas a contempla em qualquer grau em que se verifique, desde que se defina a proporção real entre o dano e o seu valor. 3) - O quantum da condenação fixado em salários mínimos não representa fator social de correção e sim base de quantificação do montante ressarcitório, não podendo ser limitada por atos administrativos normativos de hierarquia inferior. 4) - Recurso conhecido e improvido. (Relator Juiz MARCONI MARINHO, Julgado em 08 de junho de 2005).

-DO VALOR DEVIDO SEGUNDO DETERMINAÇÃO LEGAL:

A Lei nº. 6.194/74, que disciplina e rege o seguro obrigatório DPVAT, determina o pagamento da indenização às vítimas de acidente de trânsito, em casos de invalidez, conforme dispõe o art. 3º alínea b, determina o seguinte:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos). (...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)”

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)- grifamos

Além do mais, na Lei 11.945 de 2009, que alterou a Lei do DPVAT de nº 6.194/74, trouxe consigo uma tabela onde delimita já o percentual a ser pago, independente de percentual



pericial, exigindo apenas a comprovação da lesão sofrida por profissional competente, tanto o é, que a Unidade de Medicina Legal não mais delimita tal percentual nos seus laudos, tomando como parâmetro a referida Lei.

Notadamente, a indenização coberta pelo Seguro DPVAT tem como fato gerador os danos pessoais advindos de acidente de trânsito ou daquele decorrente da carga transportada por veículo automotor terrestre, não ostentando, portanto, vinculação exclusiva com a incapacidade laborativa, a qual encontra sua reparação no âmbito previdenciário. Recentemente, o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, através da publicação do Recurso Especial 876.102 DF, PUBLICADO EM 01/02/2012, tem entendido:

RESPONSABILIDADE CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. LEI 6.194/74. INCAPACIDADE PERMANENTE. CONCEITO E EXTENSÃO. DEFORMIDADE FÍSICA PERMANENTE LIMITADORA DA PRÁTICA DE ATIVIDADES COSTUMEIRAS.

1. O Seguro DPVAT tem a finalidade de amparar as vítimas de acidentes causados por veículos automotores terrestres ou pela carga transportada, ostentando a natureza de seguro de danos pessoais, cujo escopo é eminentemente social, porquanto transfere para o segurador os efeitos econômicos do risco da responsabilidade civil do proprietário em reparar danos a vítimas de trânsito, independentemente da existência de culpa no sinistro.

2. Em interpretação sistemática da legislação securitária (Lei 6.194/74), a "incapacidade permanente" é a deformidade física decorrente de lesões corporais graves, que não desaparecem nem se modificam para melhor com as medidas terapêuticas comuns, habituais e aceitas pela ciência da época.

3. A "incapacidade" pressupõe qualquer atividade desempenhada pela vítima - a prática de atos do cotidiano, o trabalho ou o esporte, indistintamente - e, por óbvio, implica mudança compulsória e indesejada de vida do indivíduo, ocasionando-lhe dissabor, dor e sofrimento.

4. No caso em exame, a sentença, com ampla cognição fático-probatória, consignou a deformidade física parcial e permanente do recorrente em virtude do acidente de trânsito, encontrando-se satisfeitos os requisitos exigidos pelo art. 5º da Lei 6.194/74 para configuração da obrigação de indenizar.

5. Recurso especial provido para reconhecer o direito do recorrente à indenização, restabelecendo a sentença inclusive quanto aos ônus sucumbenciais.

(REsp 876102/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2011, DJe 01/02/2012)

Destarte, em interpretação sistemática da legislação securitária de danos pessoais, a "incapacidade permanente" é a deformidade ou debilidade física decorrente de lesões corporais graves, que não desaparecem nem se modificam para melhor com as medidas terapêuticas comuns, habituais e aceitas pela ciência da época. É o que se infere das definições encontradas em consultas realizadas nos seguintes sítios oficiais:

a) da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP: "perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de membro ou órgão decorrente de acidente pessoal" (www.susep.gov.br);

b) do Seguro DPVAT: "a perda ou redução, em caráter definitivo, das funções de um membro ou órgão, em decorrência de acidente provocado por veículo automotor" (www.dpvatseguro.com.br).

Impende salientar que a aferição da extensão da perda ou redução das funções do membro ou órgão da vítima de acidente com veículo automotor ou carga transportada, é realizada com supedâneo em exame pericial e demais documentos comprobatórios, portanto,



analisada nas instâncias ordinárias, as quais detêm ampla cognição fático-probatória para esse mister.

Não obstante, insta salientar que a "incapacidade" pressupõe qualquer atividade desempenhada pela vítima - a prática de atos do cotidiano, o trabalho ou o esporte, indistintamente -, o que, por óbvio, implica a mudança compulsória e indesejada de vida, ocasionando-lhe dissabor, dor e sofrimento. Destarte, caracterizada a deformidade física parcial e permanente do recorrente em virtude de acidente de trânsito, encontram-se satisfeitos os requisitos exigidos pela Lei 6.194/74 para que se configure o dever de indenizar, conforme art. 5º. Da referida Lei. Neste sentido, os seguintes julgados do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

*“Ação de Cobrança - Preliminar - Carência de Ação - Rejeitada - Preliminar - Indeferimento da Inicial - Rejeitada - DPVAT - Invalidez Permanente - Comprovação - Indenização - Devida - Litigância De Má-Fé - Condenação Indevida - Honorários Advocatícios - Valor - Manutenção - Reforma Parcial Da R. Sentença. A cobrança judicial da indenização do seguro DPVAT não depende do prévio esgotamento da via administrativa pelo beneficiário, já que a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXV dispõe que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito. Devido o pagamento do seguro obrigatório garantido pela Lei n. 6.194/74, já que restou provado que a debilidade permanente do membro superior direito da parte apelada foi causada por acidente com veículo automotor terrestre. Inteligência do artigo 5º da Lei n. 6.194/74. **Uma lesão permanente na vítima não pode ser quantificada de forma matemática, como se cada parte do corpo tivesse um determinado percentual de utilidade. Tal assertiva se mostra até mesmo imoral, porque afronta o fim social da imposição do seguro. Conforme já esposado, o corpo humano é como se fosse uma máquina na qual cada peça desempenhasse um papel vital e fundamental. Se uma destas peças se perde, o desempenho do corpo como um todo, resta fatalmente prejudicado. Daí porque não há como se quantificar a extensão da invalidez no caso de indenização devida em função do seguro obrigatório DPVAT. (...)”** (Grifos nossos)*

*“Ação de Cobrança - Seguro Obrigatório - DPVAT - Invalidez Permanente - Comprovação - Valor da Indenização - Patamar Máximo - 40 Salários Mínimos - Previsão na Lei 6.194/74. **Em se tratando de pedido relativo a seguro obrigatório, tendo a lesão sofrida em função de acidente automobilístico causado debilidade permanente, a indenização dever ser arbitrada no grau máximo disposto na legislação. O Conselho Nacional de Seguros Privados não detém competência para estabelecer o quantum indenizável, sendo certo que as portarias ou resoluções por ele editadas não podem alterar ou prevalecer sobre a lei federal que rege a matéria”**. (Grifos nossos)*

Resta provado que a demandada deve pagar ao promovente a importância acima declinada, cujo valor deve ser devidamente corrigido monetariamente e acrescido de juros, desde a data do evento danoso, tomando-se como base a SÚMULA 54 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, *in verbis*:

“Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso em casos de responsabilidade extra contratual”.

O direito do promovente é LIQUIDO E CERTO, basta uma simples interpretação macroscópica para se vislumbrar com a concretividade do caso em tela.

-DO PEDIDO:

DIANTE O EXPOSTO, REQUER a Vossa Excelência de conformidade com a Lei 6.194/74, art. 3º, II, a PROCEDÊNCIA DA PRESENTE DEMANDA, para o fim de determinar que o promovido



indenize o(a) promovente pela **DEBILIDADE PERMANENTE DOS MEMBROS SUPERIOR E INFERIOR ESQUERDOS**, ocasionado por acidente de trânsito (DPVAT), no valor correspondente a **R\$ 9.450,00 (Nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, acrescidos de correção monetária com base no INPC outro índice utilizado por este Juízo, conforme preceitua o art. 406 do CC, retroativos a data do sinistro (16/10/2016), e JUROS moratórios a base de 1% a partir da citação, conforme a Súmula 54 do STJ, requerendo ainda:

1- Seja **citada a Promovida**, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão, **com fundamento no Art. 246, I, do Novo Código de Processo Civil Pátrio (citação através de AR - Correios e Telégrafos)**;

2- A parte demandante **desde já prescinde da audiência de conciliação**, haja vista, que na presente demanda é necessário a realização de PERICIA MEDICA NO(A) AUTOR(A). Assim, a realização da mesma se torna onerosa e sem êxito, tanto para as partes quanto para o Poder Judiciário, tudo conforme preceitua o artigo 319, VII, do NCPD;

3- Protesta provar o alegado por todos os meios de **provas em direito admitidos**, especialmente nas **provas documental, pericial, testemunhal que serão apresentadas independentemente de intimação**, se assim for o entendimento do douto juiz;

4- Seja a demandada **condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação**, mais custas processuais e demais emolumentos;

5- Finalmente requer a **gratuidade da Justiça** nos termos do art. 2º da Lei n. 1.060/50, por ser o(a) mesmo(a) pobre na forma da lei, bem como, com arrimo no artigo 98 e SS do Novo Código de Processo Civil;

Dá a presente causa o valor de **R\$ 9.450,00(Nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,
Pede e Espera deferimento.
Pedro Velho/RN, 10 de Abril de 2019.

Patrício Cândido Pereira
OAB/RN n. 814-A.

QUESITOS:

- 1- O(a) autor(a) sofreu algum DANO devido ao acidente de trânsito?
- 2- Qual o membro/sentido afetado(s)? Há ou não fratura(s) não-consolidada(s)?
- 3- Sofre o(a) autor(a) alguma invalidez ou debilidade no(s) membro/sentido(s) afetado(s)?
- 4- Caso positivo, qual o grau de invalidez do(s) membro/sentido(s) afetado(s)?
- 5- Esclarecer se existe nexos causal entre o acidente noticiado e a lesão apresentada pelo(a) autor(a)?
- 6- Queira o perito esclarecer tudo que mais julgue necessário.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Vara Única da Comarca de Pedro Velho

Rua João Pessoa, 1, Centro, PEDRO VELHO - RN - CEP: 59196-000

Processo nº: 0800094-98.2019.8.20.5147

C E R T I D ã O

CERTIFICO, que nesta data faço junta de Devolução de AR, devidamente
cumprido.

PEDRO VELHO/RN, 6 de setembro de 2019

CARLOS WELITON LIMA SOUTO SOUSA

Agente Administrativo-Mat. F900.369-8 TJRN

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



AR

PREENCHER COM LETRA DE FÔRMICA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Destinatário:

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO
SEGURO DPVAT S.A.Edifício Citibank, 100, 26 ANDAR, Rua da Assembleia 100,
Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904

UF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGAL DO RECEBEDOR / NOM LÉGISLÉ DU DESTINATAIRE

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR - ORGÃO EXPEDIDORRUBRICAR NOME E EMPREGO DO
AGENTE RECEBEDOR

PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 188 mm





AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PREENCHER COM LETRA DE FÔRMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Vara Única da Comarca de Pedro Velho

ENDEREÇO

Rua João Pessoa, 1, Centro, PEDRO VELHO - RN - CEP:
59196-000

CIDADE

Processo: 0800094-98.2019.8.20.5147

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--



Juntada de contestação e documentos.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PEDRO VELHO/RN

Processo: 08000949820198205147

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ADRIANO SILVA MAIA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **16/10/2016**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **16/10/2016**.

Cumprir esclarecer que em que pese a parte autora realizar requerimento do pagamento, através da via administrativa, porém, o sinistro foi cancelado por inatividade, haja vista que a parte autora não apresentou a documentação necessária para a perfeita regulação do sinistro.

Não obstante, em qualquer hipótese de acidente, a atitude normal do segurado é procurar a seguradora, para que esta regule, primeiramente, o sinistro. Somente em caso de não pagamento, ressarcimento incompleto ou de mora, as demandas devem ser ajuizadas.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assim, tendo o autor deixado de apresentar a documentação exigida por lei, carecendo o autor de uma condição específica do regular exercício do direito de ação, qual seja, interesse de agir.

Compulsando atentamente aos autos, em nenhum momento foi demonstrado e comprovado de forma contundente que a parte autora faz jus ao pleito deduzido na presente demanda, devendo o pleito ser julgado extinto em virtude da inocorrência de mora por parte da Ré.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DAS INFORMAÇÕES NOS BOLETINS DE ATENDIMENTO MÉDICO

Conforme dispõe o art. 385, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial os DOCUMENTOS MÉDICOS.

Conforme se verifica pela documentação anexa, os documentos médicos, encontram-se totalmente ilegíveis e borrados, documentos estes que não são possível verificar o histórico clínico, quais lesões o autor sofreu, quais os procedimentos médicos., vejamos:

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



NOME DA MÃE: MARIA SANTANA SILVA MAIA		NOME DO PAI: [illegible]	
NASCIMENTO: 23/10/1986		NATURALIDADE: [illegible]	
TELEFONE: (047) 9155-7494		PROFISSÃO: [illegible]	
BAPTISMO: [illegible]		EXAMES COMPLEMENTARES: [illegible]	
COMPLEMENTO: CEP: 59196-000		BAIRRO: Centro	
ORIGEM: Ambulância - Interior		CIDADE: Pedro Velho - RN	
ACIDENTE DE TRÂNSITO / Carro - Capotamento		MOTIVO: [illegible]	
ACID. DE TRABALHO: Não		USUÁRIO: [illegible]	
HISTÓRIA CAUSA EFICIENTE DA LESÃO (ALLEGADA): [illegible]			
EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO): [illegible]			

PREENCHIDO AINDA: SIM () NÃO ()	
FEITO BOLETIM OPERATÓRIO PELO CIRURGIÃO: SIM () NÃO ()	
FEITO BOLETIM DE ANESTESIA: SIM () NÃO ()	
OBSERVAÇÕES: [illegible]	

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

³"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML.

INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório." (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁴.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁵.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁶.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁷

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

⁶“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁷**art. 1º. (...)**

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de nº01/2013 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do expresso no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer a Ré que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos com endereço à Rua São José, nº 90, Grupo 810 a 812, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP:20.0010-020, Tel: 21-3265-5600, corporativo@joaobarbosaadvass.com.br e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do **DR. ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**, inscrito sob o **nº5432-OAB/RN**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

PEDRO VELHO, 9 de setembro de 2019.

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfíncteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RN 980-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa dos advogados **Antônio Martins Teixeira Junior**, inscrito na OAB/RN sob o nº 5432, **Thiago Miranda Gonçalves de Oliveira**, inscrito na OAB/RN 9.379, **Daniel Ramon da Silva**, OAB/RN 14.156, inscrita na OAB/RN sob o nº 8.707 e Fernanda **Chirstina Flôr Linhares**, inscrita na OAB/RN sob o nº 12.101, todos com escritório na Rua Miguel Arcanjo Galvao, N. 1952 - Ed Plenarium 9º andar, sala 906, Lagoa Nova, Natal - RN - CEP: 59.064-560, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ADRIANO SILVA MAIA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **PEDRO VELHO**, nos autos do Processo nº 08000949820198205147.

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 2019.

JOÃO ALVES BARBSA FILHO - OAB/RN 980-A

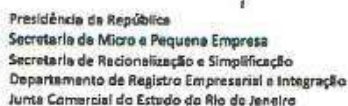
FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





NÃO É A SEDE DA FILIAL OU UNDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Tips for Success

Sociedade anônima

State Empowered

Normal

NSA De Protocolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERIA

Último Argumento:

00003131303 . 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A

Salto(s): 102595004

Hash: ECC52D23-D73D-4232-8033-7CC9943D69D4

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
OREI	21,00	21,00

**REQUERIMIENTO**


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0123479-6 Protocolo: 30-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 10/01/2016 SOB O NÚMERO 00007349019 e demais constantes do texto de autenticação.

Autenticação: ED6974386FA48220CF0F4856AFAD85ECP8FFDE5CF68740F233F496AFNA50X1YD8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/canceladigital>, informe o n.º de protocolo.

Page 2/13



JUCENIA
www.jucenia.com



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 03-2019/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 02033149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974366PA46220CPD64356A7AD85BCF8FFD5CF68762F233B496AFDA80E7FB8	
Para validar o documento acesse http://www.juceria.rj.gov.br/servicos/chancela digital , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13	



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE A SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

[Assinaturas manuscritas]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: E0-2018/011153-4 Data do protocolo: 26/11/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/11/2018 SOB O NÚMERO 0300319903 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECP8FFD5CF6874CF233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerj.br.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.2028479-6 Protocolo: E0-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/11/2018	
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/11/2018 SOB O NÚMERO 03003149053 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: F76974386FA48220CFDE4B556AFAD85ECF8FFD5CF68742F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 5/10	



JUCERJA
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-RJ, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 31/01/2018 SOB O NÚMERO D0003149095 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CTDD4B56AFAD5EBC78FFD5CE6E740F231E495AEDA83E1FE8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº do protocolo. Pág. 0/13




SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 10-2018/013193-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 02003149053 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA4E220CPDE48E56AFAD2E0CF8FFD5CF687C1F233E496AFDA80E1FB3	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 10/10	





4986507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

p/w

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

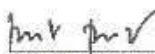
Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F.S. Bervanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4290508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7845C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4886509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020183675185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4986510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Benwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300264796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4598511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo R. S. Berwanger
Secretário Geral





4995512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1(um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 6 de 10


Bernardo F. S. Benveniste
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575165 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C66883B2947C61B477D78BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4885513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4880514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





48804797

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

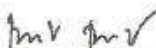
ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Barvanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.



4996616

XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Páginas 10 de 10


Bernarito F. S. Benwanger
Secretário Geral


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF8A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firme Oliveira Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2109-9100	ADB2B690 08B574
Prestação por AUTENTICAÇÃO das firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000529453)		
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho	de verdade.	Conf. por: Serventia
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		TOTAL
EOLP-54081 H01, EOLP-56832 BR3		
a https://www3.tjri.jus.br/sitepublico		

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Paula Cristina A. D. Gaspar
: 3,7% Escrevente
: 3396 40062 série 00077 ME
At. 20.9.3º Lei 5.395/94



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Vara Única da Comarca de Pedro Velho

Rua João Pessoa, 1, Centro, PEDRO VELHO - RN - CEP: 59196-000

Processo nº: 0800094-98.2019.8.20.5147

C E R T I D ã O

CERTIFICO que o(a) **CONTESTAÇÃO** foi juntado aos autos, em data de 12 de setembro de
2019, **TEMPESTIVAMENTE.**

PEDRO VELHO/RN, 13 de setembro de 2019

JOMAR MEDEIROS COSTA

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Juntada de honorários periciais.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PEDRO VELHO/RN

Processo: 08000949820198205147

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ADRIANO SILVA MAIA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

PEDRO VELHO, 18 de setembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN





Banco do Brasil

				Nº DA CONTA JUDICIAL	
				2400111561892	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)	
0		11/09/2019		1731	
				TIPO DE JUSTIÇA	
				ESTADUAL	
DATA DA GUIA		Nº DA GUIA		TRIBUNAL	
10/09/2019		2639873		TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA		ORGÃO/VARA		DEPOSITANTE	
PEDRO VELHO		VARA UNICA		RÉU	
				VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
				200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO				TIPO DE PESSOA	
				Juridico	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE				TIPO DE PESSOA	
ADRIANO SILVA MAIA				Fisica	
CPF / CNPJ					
08182703492					
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA					
C95F9BC8CDD43271					
CÓDIGO DE BARRAS					





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Vara Única da Comarca de Pedro Velho

Rua João Pessoa, 1, Centro, PEDRO VELHO - RN - CEP: 59196-000

Processo nº: 0800094-98.2019.8.20.5147

C E R T I D ã O

CERTIFICO, que nesta data juntei aos autos Ofício do Banco do Brasil, conforme
verifica-se em anexo.

PEDRO VELHO/RN, 17 de outubro de 2019

CARLOS WELITON LIMA SOUTO SOUSA

Agente Administrativo- Mat. F900.369-8 TJRN

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





CANGUARETAMA (RN), 16 de Setembro de 2019 .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a)

Informamos a V.Exa. que se encontra depositado valor neste Banco, à disposição desse Juízo, na conta judicial abaixo discriminada:

Processo n.º: 08000949820198205147
Reu: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO
CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04
Autor: ADRIANO SILVA MAIA
CPF/CNPJ: 081.827.034-92
Valor original: R\$ 200,00
Agência depositária: 1731 - 0 CANGUARETAMA
N.º da conta judicial: 2400111561892
N.º da parcela: 1
Data do depósito: 10.09.2019
Depositante: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO

Respeitosamente,

Banco do Brasil S.A.
CANGUARETAMA
R.ANDRE DE ALBUQUERQUE,56
CANGUARETAMA - RN .

EDUARDO JOSE DE MELLO MEDEIROS
Gerente Geral da
Mat. 2.737/037.7

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito
VARA UNICA
PEDRO VELHO - RN .

COMARCA DE PEDRO VELHO/RN
RECEBI

Hora: 13:30
Pedro Velho/RN, 16 de 2019

Carlos Weliton L. Souto Sousa
Agente Administrativo
Mat. 909.569-07/URB



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Vara Única da Comarca de Pedro Velho

Rua João Pessoa, 1, Centro, PEDRO VELHO - RN - CEP: 59196-000

Processo nº: 0800094-98.2019.8.20.5147

C E R T I D ã O

CERTIFICO, que nesta data juntei aos autos ofício, conforme verifica-se em
anexo.

PEDRO VELHO/RN, 17 de outubro de 2019

CARLOS WELITON LIMA SOUTO SOUSA

Agente Administrativo- Mat. F900.369-8 TJRN

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)






CANGUARETAMA (RN), 16 de Setembro de 2019 .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a)

Informamos a V.Exa. que se encontra depositado valor neste Banco, à disposição desse Juízo, na conta judicial abaixo discriminada:

Processo n.º: 08000949820198205147
Reu: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO
CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04
Autor: ADRIANO SILVA MAIA
CPF/CNPJ: 081.827.034-92
Valor original: R\$ 200,00
Agência depositária: 1731 - 0 CANGUARETAMA
N.º da conta judicial: 2400111561892
N.º da parcela: 1
Data do depósito: 10.09.2019
Depositante: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO

Respeitosamente,


Banco do Brasil S.A.
CANGUARETAMA
R. ANDRE DE ALBUQUERQUE, 56
CANGUARETAMA - RN .

COMARCA DE PEDRO VELHO/RN
RECEBI

Hora: 13:30

Pedro Velho/RN, 16/10/2019

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito
VARA UNICA
PEDRO VELHO - RN .

Carlos Weliton Lima Souto Sousa
Agente Administrativo
CPF: 900.364-61/RN



habilitacao



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Vara Única da Comarca de Pedro Velho

Rua João Pessoa, 1, Centro, PEDRO VELHO - RN - CEP: 59196-000

Ofício n.º 812/2019-SJ
Velho - RN, 21 de novembro de 2019.

Pedro

Processo: 0800094-98.2019.8.20.5147

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Autor: AUTOR: ADRIANO SILVA MAIA

Réu: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Assunto: **Solicitação de Perícia**

Senhor Coordenador,

Vimos pelo presente solicitar a Vossa Senhoria as providências cabíveis para que seja nomeado perito com o objetivo de realizar perícia no presente processo, conforme dados seguintes:

Nº do Processo: 0800094-98.2019.8.20.5147	Vara: Vara única da Comarca de Pedro Velho
Tipo de Ação: Procedimento Ordinário	
Parte Autora: ADRIANO SILVA MAIA	Parte Ré: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Especialidade: Ortopedista	Perícia Técnica:
Valor do honorários: R\$200,00(duzentos reais)	
Justificativa pormenorizada dos honorários: Convênio nº 01/2013, firmado entre a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e o TJRN.	



Segue em anexo cópia dos quesitos a serem respondidos pelo perito.

Atenciosamente,

DANIELA DO NASCIMENTO COSMO

Juiz(a) de Direito Em Substituição Legal

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

Ao Senhor

Coordenador do Núcleo de Perícias

Rua Dr. Lauro Pinto, 315, 1.º Andar – Lagoa Nova

59064-250 - NATAL - RN





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Vara Única da Comarca de Pedro Velho

Rua João Pessoa, 1, Centro, PEDRO VELHO - RN - CEP: 59196-000

Processo nº: 0800094-98.2019.8.20.5147

C E R T I D ã O

CERTIFICO, que junto aos autos Dados de Perícia NUPeJ.

PEDRO VELHO/RN, 28 de novembro de 2019

ANALICE DUTRA DE CASTRO BEZERRIL

Agente Administrativo - Mat. 813.824-9

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Você está em: [Página Inicial](#) [Perícia](#) [Visualizar](#)

Setor Atual: NÚCLEO DE PERÍCIAS / DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA DE NATAL / COMARCA DE NATAL

Status Atual: Aguardando Sorteio

Cadastro

Histórico

Dados do Processo**ID Perícia**

9601/2019

Número do Processo

0800094-98.2019.8.20.5147

Vara

VARA ÚNICA / DIREÇÃO DO FORO / COMARCA DE PEDRO VELHO

Comarca

PEDRO VELHO

Tipo de Ação

Cobrança DPVAT

Parte Autora

Adriano Silva Maia

Parte Ré

Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT

Sigiloso?**Perícia Urgente?**☐**Dados da Perícia****Tipo de Atuação**

Justiça Paga

Área de Especialidade

Ortopedia - 3.3 - Laudo sobre danos físicos e estéticos

Valor do Honorário

370,00

Total

200,00

Justificativa do Valor Arbitrado

Estipulado Pela MM Juíza

Cobrança DPVAT

Indicação excepcional (Art.9º, Resolução 06-TJ-2018 de 28 de Fevereiro de 2018)

Perito/Órgão cadastrado (sorteado/indicado)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Vara Única da Comarca de Pedro Velho

Rua João Pessoa, 1, Centro, PEDRO VELHO - RN - CEP: 59196-000

Processo nº: 0800094-98.2019.8.20.5147

C E R T I D ã O

CERTIFICO, que junto aos autos Ofício nº 879/2019-NP.

PEDRO VELHO/RN, 16 de dezembro de 2019

ANALICE DUTRA DE CASTRO BEZERRIL

Agente Administrativo - Mat. 813.824-9

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FÓRUM DESEMBARGADOR MIGUEL SEABRA FAGUNDES
NÚCLEO DE PERÍCIAS

Rua Dr. Lauro Pinto, nº 315, Lagoa Nova, CEP: 59064-250, Natal/RN - Telefone: 84 3616-9698
e-mail: nucleodepericias@tjn.jus.br

Ofício Nº 879/2019-NP

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Juiz(a) de Direito

Senhor(a) Juiz(a),

Natal/RN, 04 de dezembro de 2019.

RECEBI

Hora: 14:30h

Pedro Vitor da Silva

Jomar Melloiros Costa
Chefe de Secretaria

Cumprimentando-o(a), sirvo-me do presente para informar a Vossa Excelência que os periciandos abaixo descritos foram agendados para realização de perícia em ORTOPEDIA, no dia **21 de janeiro de 2020**, a partir das **08h00**, na sala de apoio ao Núcleo de Perícias do Fórum Desembargador Miguel situado à **Rua Dr. Lauro Pinto, nº 315, 1º andar, Lagoa Nova, Natal/RN**, com o Dr. Urai de Oliveira.

ID	Processo	Vara	Parte Autora	Parte Ré
7048/2019	0100993-13.2014.8.20.0104		Liziane Angela Campos da Silva	
7050/2019	0100975-21.2016.8.20.0104	2ª Vara da Comarca de João Câmara	Erika Batista de Oliveira	
7053/2019	0101685-75.2015.8.20.0104		Geraldo de Assis da Silva	
7495/2019	0100254-43.2016.8.20.0145	Vara Única Comarca de Nísia Floresta	Dijalmir da Silva Bezerra	
7710/2019	0100210-81.2017.8.20.0147		Joelmir Faustino do Nascimento	DPVAT S.A.
7732/2019	0100098-78.2018.8.20.0147		Cristiano dos Santos Cavalcante	
7735/2019	0100220-28.2017.8.20.0147	Vara Única da Comarca de Pedro Velho	Jader Marques de Lima	
7740/2019	0100044-15.2018.8.20.0147		Washington Luiz de França	
8380/2019	0101329-86.2015.8.20.0102	3ª Vara da Comarca de Ceará Mirim	José Maria Oliveira da Cruz	
8634/2019	0800450-29.2019.8.20.5136	Vara Única da Comarca de Arês	Edivaldo Felix de Lima	
8750/2019	0102201-33.2017.8.20.0102	1ª Vara da Comarca de Ceará Mirim	Manoel Vitor da Rocha	

Assinado eletronicamente por: ANALICE DUTRA DE CASTRO BEZERRIL - 16/12/2019 12:21:09
https://pje1g.tjn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121612210945700000050056734

Enviado em 16/12/2019 12:21:09





9591/2019	0800095-83.2019.8.20.5147	Vara Única da Comarca de Pedro Velho	Edson Alves da Silva	DPVAT S.A.
9593/2019	0800155-56.2019.8.20.5147		Severino Florência de Franca	
9597/2019	0800104-45.2019.8.20.5147		Marcelo Firmino da Silva	
9601/2019	0800094-98.2019.8.20.5147		Adriano Silva Maia	
9621/2019	0800039-84.2018.8.20.5147		Jairo Almeida da Silva	

Solicito providências no sentido de agilizar as intimações necessárias às partes para se fazerem presentes no local e hora aprazados, **munidos de documentos pessoais e médicos, aí incluindo: laudos, exames, consultas.** Além disso, informo, ainda que os quesitos a serem respondidos, bem como os outros documentos importantes à realização da perícia devem ser encaminhados através do NUPEJ.

Ao ensejo, aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência nossa distinta consideração.

Respeitosamente,


Rosa Judith de Medeiros Miranda Lopes
Chefe do Núcleo de Perícias

Assinado eletronicamente por: ANALICE DUTRA DE CASTRO BEZERRIL - Núcleo de Perícias

Assinado eletronicamente por: ANALICE DUTRA DE CASTRO BEZERRIL - Núcleo de Perícias


Analice Dutra de Castro Bezerril
Mafete Digital

Assinado eletronicamente por: ANALICE DUTRA DE CASTRO BEZERRIL - Núcleo de Perícias



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Vara Única da Comarca de Pedro Velho

Rua João Pessoa, 1, Centro, PEDRO VELHO - RN - CEP: 59196-000

INTIMAÇÃO

Ao(À) Ilmo(a). Sr.(a).

PATRICIO CANDIDO PEREIRA

De ordem do Exmo(a). Sr(a). Dr(a). MARINA MELO MARTINS ALMEIDA, MM Juiz(a) de Direito em substituição legal desta Vara, na forma da lei, etc.

MANDA, pela presente, extraída dos autos do processo abaixo especificado, INTIMAR Vossa Senhoria para tomar ciência da **Perícia em Ortopedia, agendada para o dia dia 21 de janeiro de 2020, a partir das 8:00hs**, na sala de apoio ao Núcleo de Perícias do Fórum Desembargador Miguel Seabra Fagundes, com Dr. Uraí de Oliveira, devendo a parte ir munido de documentos pessoais e médicos, incluindo :laudos, exames e consultas.

Processo: 0800094-98.2019.8.20.5147

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ADRIANO SILVA MAIA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

PEDRO VELHO/RN, 16 de dezembro de 2019.

Jomar Medeiros Costa

Chefe de Secretaria - Mat. 198.047-5

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Vara Única da Comarca de Pedro Velho

Rua João Pessoa, 1, Centro, PEDRO VELHO - RN - CEP: 59196-000

INTIMAÇÃO

Ao(À) Ilmo(a). Sr.(a).

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR

De ordem do Exmo(a). Sr(a). Dr(a). MARINA MELO MARTINS ALMEIDA, MM Juiz(a) de Direito em substituição legal desta Vara, na forma da lei, etc.

MANDA, pela presente, extraída dos autos do processo abaixo especificado, INTIMAR Vossa Senhoria para tomar ciência da **Perícia em Ortopedia, agendada para o dia dia 21 de janeiro de 2020, a partir das 8:00hs**, na sala de apoio ao Núcleo de Perícias do Fórum Desembargador Miguel Seabra Fagundes, com Dr. Uraí de Oliveira, devendo a parte ir munido de documentos pessoais e médicos, incluindo :laudos, exames e consultas.

Processo: 0800094-98.2019.8.20.5147

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ADRIANO SILVA MAIA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

PEDRO VELHO/RN, 16 de dezembro de 2019.

Jomar Medeiros Costa

Chefe de Secretaria - Mat. 198.047-5
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Vara Única da Comarca de Pedro Velho

Rua João Pessoa, 1, Centro, PEDRO VELHO - RN - CEP: 59196-000

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Ao(À) Ilmo(a). Sr.(a).

ADRIANO SILVA MAIA

RUA PRES. CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, PEDRO VELHO - RN - CEP: 59196-000

De ordem do Exmo(a). Sr(a). Dr(a). DEONITA ANTUZIA DE SOUSA ANTUNES FERNANDES, MM Juiz(a) de Direito desta Vara, na forma da lei, etc.

MANDA, pela presente, extraída dos autos do processo abaixo especificado, INTIMAR Vossa Senhoria para tomar ciência da **Perícia em Ortopedia, agendada para o dia dia 21 de janeiro de 2020, a partir das 8:00hs**, na sala de apoio ao Núcleo de Perícias do Fórum Desembargador Miguel Seabra Fagundes, com Dr. Uraí de Oliveira, devendo a parte ir munido de documentos pessoais e médicos, incluindo :laudos, exames e consultas.

Processo: 0800094-98.2019.8.20.5147

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ADRIANO SILVA MAIA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

PEDRO VELHO/RN, 9 de janeiro de 2020.

JOMAR MEDEIROS COSTA
Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

Vara Única da Comarca de Pedro Velho Processo: 0800094-98.2019.8.20.5147 Intimação: Despacho	Vara Única da Comarca de Processo: 0800094-98.201 Intimação: Despa
Destinatário: ADRIANO SILVA MAIA RUA PRES. CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, PEDRO VELHO - RN - CEP: 59196-000	Destinatário: ADRIANO SILVA MAIA RUA PRES. CASTELO BRANCO, S/N, CENT CEP: 59196-000



CERTIDÃO

CERTIFICO que, em cumprimento ao mandado extraído dos autos do procedi a intimação de ADRIANO SILVA MAIA, conhecido por Carrapicho, sendo-lhe lido o mandado, entregando-lhe a contrafé, ficando o mesmo ciente.

O referido é verdade e dou fé.

Pedro Velho/RN, 15 de janeiro de 2020.

XENIA SUEZIA DE ARAUJO CAMARA

Oficiala de Justiça

Matricula 164.921-3





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Vara Única da Comarca de Pedro Velho

Rua João Pessoa, 1, Centro, PEDRO VELHO - RN - CEP: 59196-000

Processo nº: 0800094-98.2019.8.20.5147

C E R T I D ã O

CERTIFICO, que junto aos autos Laudo Pericial.

PEDRO VELHO/RN, 27 de fevereiro de 2020

ANALICE DUTRA DE CASTRO BEZERRIL

Agente Administrativo - Mat.

813.824-9

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRO VELHO**

Processo nº 0800094-98.2019.8.20.5147
Ação de Seguro Obrigatório - DPVAT
Autor: ADRIANO SILVA MAIA
Réu: SEGURADORA LÍDER S/A

COMARCA DE PEDRO VELHO
PROJ. 01
Hora: 08:30h
Poder. Velho: 27.02.2020

LAUDO PERICIAL

I - DA APRESENTAÇÃO

Aos 21 de janeiro de 2020, à hora aprazada, na sala de audiências do Núcleo de Perícias, situada no 1º andar do Fórum Miguel Seabra Fagundes (FMSF), endereçado à Rua Dr. Lauro Pinto, nº 315, Bairro de Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-250, eu, Dr. Uraí de Oliveira, CRM/RN 4315, na qualidade de Médico Cirurgião Ortopedista e Traumatologista nomeado para funcionar no feito em *múnus público*, iniciei a Perícia designada para esta ação, sobre a pessoa de **ADRIANO SILVA MAIA**.

Jomar Medeiros Costa
Chefe de Secretaria
Mat. 198.047-5

II - DA DESCRIÇÃO DO EXAME E DO RESULTADO ENCONTRADO

Analisando o periciando, avaliei que (X) há () não há lesão corporal cuja etiologia decorre exclusivamente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre; que essas alterações da vítima são compatíveis com o quadro de início apresentado no primeiro atendimento, considerando-se as medidas tomadas na fase aguda do trauma; que posso afirmar serem as referidas lesões corporais () reversíveis (X) definitivas; que () existe () não existe tratamento prescrito a ser aplicado para reversão do quadro **FRATURA DE FÊMUR, ÚMERO E PERNA ESQUERDA** () é preciso (X) não é preciso exame complementar para o diagnóstico conclusivo; e que o segmento corporal acometido foi o **MEMBRO INFERIOR ESQUERDO E MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO** em caráter () total () parcial completo (X) parcial incompleto.

Sendo parcial incompleto, a lesão é:

- () residual (10%)
- () leve (25%)
- (X) média (50%) -MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO
- (X) intensa (75%) - MEMBRO INFERIOR ESQUERDO



III - DAS RESPOSTAS AOS QUESITOS

QUESITOS
<p>1. Quais são as lesões atualmente apresentadas pelo autor? Decorrem do relatado na petição inicial? SIM.</p> <p>– FRATURA DE ÚMERO, FÊMUR E PERNA ESQUERDA – REALIZADO TRATAMENTOS CIRÚRGICOS.</p> <p>APRESENTA LIMITAÇÃO DA MOBILIDADE DE JOELHO E TORNOZELO ESQUERDO, DEAMBULANDO SEM USO DE MULETA, NEUROVASCULAR DE SEGMENTOS ACOMETIDOS PRESERVADOS, ATROFIA IMPORTANTE DE MUSCULATURA DE COXA E PERNA ESQUERDA, MARCHA CLAUDICANTE À ESQUERDA.</p>
<p>2. Das lesões decorre alguma invalidez ou incapacidade? Qual é seu grau de extensão? São definitivas ou provisórias?</p> <p>INVALIDEZ ANATÔMICA E FUNCIONAL DE MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO E DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO DE CARÁTER DEFINITIVO SENDO MODERADO AO NÍVEL DE MSE E INTENSO DE MIE.</p>
<p>3. Há algum tratamento médico para eliminar ou minorar as lesões? Qual?</p> <p>NÃO.</p>
<p>4. Há algo mais necessário para o deslinde da causa que se deva esclarecer?</p> <p>NÃO.</p>
<p>5. Qual o tempo de consolidação da invalidez?</p> <p>INVALIDEZ CONSOLIDADA.</p>

IV - DO ENCERRAMENTO

Sendo o que cumpre proceder e esclarecer para desempenho de meu mister, encerro o presente laudo, que vai por mim assinado abaixo.

Natal/RN, 21 de janeiro de 2020.

Uraí de Oliveira

DR. URAÍ DE OLIVEIRA
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA
CRM-RN 4315

Dr. Uraí de Oliveira
CRM/RN 4315 - OAB/RN 8156
Perito Judicial Cível
Ortopedista e Traumatologista





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Pedro Velho
Rua João Pessoa, 1, Centro, PEDRO VELHO - RN - CEP: 59196-000

Processo nº: 0800094-98.2019.8.20.5147

Autor(a): ADRIANO SILVA MAIA

Ré(u): SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Considerando a juntada do laudo pericial (ID 53694365), intinem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, requerendo o que entenderem de direito, nos termos do art. 477, § 1º do CPC.

Após, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos.

PEDRO VELHO, 27 de março de 2020

(assinado eletronicamente)

DEONITA ANTUZIA DE SOUSA ANTUNES FERNANDES

Juíza de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Vara Única da Comarca de Pedro Velho

Rua João Pessoa, 1, Centro, PEDRO VELHO - RN - CEP: 59196-000

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Ao(À) Ilmo(a). Sr.(a). Dr.

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR

De ordem do Exmo(a). Sr(a). Dr(a). DEONITA ANTUZIA DE SOUSA ANTUNES FERNANDES, MM Juiz(a) de Direito desta Vara, na forma da lei, etc.

MANDA, pela presente, extraída dos autos do processo abaixo especificado, INTIMAR Vossa Senhoria para tomar ciência da juntada do laudo pericial (ID 53694365) em anexo, bem como, no prazo comum de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, requerendo o que entenderem de direito, nos termos do art. 477, § 1º do CPC.

Processo: 0800094-98.2019.8.20.5147

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ADRIANO SILVA MAIA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

PEDRO VELHO/RN, 6 de abril de 2020.

JOMAR MEDEIROS COSTA

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

Vara Única da Comarca de Pedro Velho Processo: 0800094-98.2019.8.20.5147 Intimação: Despacho	Vara Única da Comarca de Processo: 0800094-98.201 Intimação: Despa
Destinatário: Dr. ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR	Destinatário: Dr. ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Vara Única da Comarca de Pedro Velho

Rua João Pessoa, 1, Centro, PEDRO VELHO - RN - CEP: 59196-000

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Ao(À) Ilmo(a). Sr.(a).

Dr. PATRICIO CANDIDO PEREIRA

De ordem do Exmo(a). Sr(a). Dr(a). DEONITA ANTUZIA DE SOUSA ANTUNES FERNANDES, MM
Juiz(a) de Direito desta Vara, na forma da lei, etc.

MANDA, pela presente, extraída dos autos do processo abaixo especificado, INTIMAR Vossa
Senhoria para tomar ciência da juntada do laudo pericial (ID 53694365) em anexo, bem como, no prazo comum de 15
(quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, requerendo o que entenderem de direito, nos termos do art. 477, § 1º
do CPC.

Processo: 0800094-98.2019.8.20.5147

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ADRIANO SILVA MAIA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

PEDRO VELHO/RN, 6 de abril de 2020.

JOMAR MEDEIROS COSTA
Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

Vara Única da Comarca de Pedro Velho Processo: 0800094-98.2019.8.20.5147 Intimação: Despacho	Vara Única da Comarca de Processo: 0800094-98.201 Intimação: Despa
Destinatário: Dr. PATRICIO CANDIDO PEREIRA	Destinatário: Dr. PATRICIO CANDIDO PEREIRA



EM ANEXO - PDF



EXCELENTÍSSIMO(A) SR(A). DR(A). JUÍZ(A) DE DIREITO DA **VARA ÚNICA CÍVEL** DA COMARCA DE **PEDRO VELHO/RN.**

PROCESSO: **0800094-98.2019.8.20.5147**

AÇÃO DE COBRANÇA – DPVAT - INVALIDEZ

AUTOR: ADRIANO SILVA MAIA

PROMOVIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADRIANO SILVA MAIA, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA, que move contra **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, em tramite perante este Juízo e respectivo Cartório, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, perante, Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:

DOUTO JULGADOR, com relação a PERÍCIA JUDICIAL realizada e juntada no ID nº 53694365, temos a dizer que a mesma confirma sem qualquer margem de dúvida, que o autor sofreu sinistro de trânsito e que as lesões apresentadas são oriundas do mesmo.

Onde, fica devidamente demonstrado o NEXO CAUSAL ENTRE O SINISTRO E AS LESÕES APRESENTADAS.

II - DA DESCRIÇÃO DO EXAME E DO RESULTADO ENCONTRADO

Analisando o periciando, avaliei que (X) há () não há lesão corporal cuja etiologia decorre exclusivamente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre; que essas alterações da vítima são compatíveis com o quadro de início apresentado no primeiro atendimento, considerando-se as medidas tomadas na fase aguda do trauma; que posso afirmar serem as referidas lesões corporais () reversíveis (X) definitivas; que () existe () não existe tratamento prescrito a ser aplicado para reversão do quadro FRATURA DE FÊMUR, ÚMERO E PERNA ESQUERDA () é preciso (X) não é preciso exame complementar para o diagnóstico conclusivo; e que o segmento corporal acometido foi o MEMBRO INFERIOR ESQUERDO E MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO em caráter () total () parcial completo (X) parcial incompleto.



Sendo parcial incompleto, a lesão é:

☐ residual (10%)

☐ leve (25%)

☒ média (50%) -MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO

☒ intensa (75%) - MEMBRO INFERIOR ESQUERDO

Assim, com a realização do LAUDO MEDICO-PERICIAL, pelo perito DR. URAI DE OLIVEIRA – CRM 4315, ficou constatado sem qualquer margem de dúvidas que o Autor ficou com seqüelas permanentes irreparáveis, devido o acidente de trânsito, ONDE atesta a debilidade a que ficou acometido o autor devido ao sinistro de trânsito.

**“MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO EM 50% - MEDIA;
MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM 75% - INTENSA”. -
grifamos**

Segundo o laudo pericial, há perda importante da função **DO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO**, decorrente do acidente narrado, gerando debilidade permanente **no percentual de 50% (CINQUENTA POR CENTO)** em grau **MEDIO**, o que corresponde a R\$ 4.725,00 (QUATRO MIL, SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS).

Já com relação a perda da função **DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO**, decorrente do acidente narrado, gerando debilidade permanente **no percentual de 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO)** em grau **INTENSO**, o que corresponde a R\$ 7.087,50 (SETE MIL, OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

Sendo assim, faz jus o demandante a uma indenização, **no valor de R\$ 11.812,50 (ONZE MIL, OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS CENTAVOS).**

-DO JULGAMENTO DA LIDE:

A priori, deve-se ressaltar que o feito comporta julgamento antecipado da lide, visto que se trata de matéria de direito e de fato que prescinde da realização da audiência de instrução e julgamento. Com efeito, o art. 355, I, do Código de Processo Civil é claro ao dispor:

Do Julgamento Antecipado do Mérito



“Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando:

I - não houver necessidade de produção de outras provas;

II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349. – grifamos

A doutrina processualista reconhece o julgamento antecipado da lide como medida de economia processual:

“Também deve haver julgamento antecipado da lide, embora o mérito envolva matéria de fato e de direito, não houver necessidade de produção de prova em audiência. Nestes casos, inspirado pelo princípio da economia processual, o legislador autoriza o juiz a dispensar a audiência de instrução e julgamento” (Luiz Rodrigues Wambier. Curso Avançado de Processo Civil. 3ª ed. Revista dos Tribunais, 2000).

A jurisprudência dos nossos Tribunais também consagrou esse entendimento:

“Constando dos autos elementos de prova documental suficiente para formar o convencimento suficiente para formar o convencido do julgador, incorre o cerceamento de defesa, se julgada antecipadamente a controvérsia” (STF, 4ª Turma, Ag. 14952-DF, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo)

No caso em exame, é evidente a admissibilidade do conhecimento direto do pedido, nos termos do art. 355, I, do CPC, posto que já existem nos acervo probatório, elementos seguros para o deslinde da questão, dispensaram a produção de provas em audiência.

-DO REQUERIMENTO:

Sendo inconteste o direito do(a) autor e tendo sido contrariada a lei federal em comento, este REQUER:

a) diante do fato de a petição inicial encontrar-se apta à propositura da ação, PUGNAMOS PELO JULGAMENTO DA LIDE, ANTE A EXISTENCIA DE LAUDO PERICIAL ACOSTADO AOS AUTOS, DETERMINADO POR ESTA VARA, condenando a promovida no pagamento referente a Invalidez permanente, no valor de R\$ 11.812,50 (ONZE MIL, OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS CENTAVOS), com correção monetária e juros a base de 1% (um por cento), desde a data do sinistro (16/10/2016), acrescidos dos honorários advocatícios sucumbenciais.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.



Pedro Velho/RN, 01 de abril de 2020.

Patrício Cândido Pereira
OAB/RN 814-A



Juntada de impugnação ao laudo pericial.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PEDRO VELHO/RN

Processo: 08000949820198205147

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ADRIANO SILVA MAIA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada, tendo sido produzido o laudo pericial conforme consta dos autos.

No entanto, antes que se dê prosseguimento à demanda, deve ser observada a necessidade de expedição de ofício ao Hospital onde foi prestado o primeiro atendimento médico, bem como à autoridade policial que registrou a ocorrência, tendo em vista que os primeiros estão parcialmente ilegíveis e o segundo carece de informações sobre a dinâmica o fato, a fim de que sejam prestados esclarecimentos pelos responsáveis sem prejuízo de se colher depoimento pessoal da autora.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 16/04/2020 20:17:53
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041620175336100000053054412>
Número do documento: 20041620175336100000053054412

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais.

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que por certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta, que é exatamente o caso dos autos:

Sendo parcial incompleto, a lesão é:

☐ residual (10%)

☐ leve (25%)

☒ média (50%) -MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO

☒ intensa (75%) - MEMBRO INFERIOR ESQUERDO

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.



Ocorre que, a tabela prevê um valor diferenciado quando a invalidez for correspondente a dois membros, conforme abaixo:

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00

Neste caso, o enquadramento deve ser feito na parte de cima da tabela e, sendo os percentuais distintos, teremos 50% (média) da invalidez do membro superior esquerdo e 75% (intensa) do membro inferior esquerdo, totalizando 125%, que deverá ser dividido, resultando em 62,5% (sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Assim, na remota hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar o enquadramento da invalidez conforme seguimento corporal acometido, bem como o grau de repercussão indicado pelo expert, em pleno atendimento à Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, de maneira que não poderá ser superior a R\$ 8.437,50 (oito mil quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Caso assim não entenda, requer seja o ilustre perito intimado a esclarecer, se considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é cometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média das lesões sofridas nos termos da tabela?

Em caso positivo qual seria a média da gradação?

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

PEDRO VELHO, 14 de abril de 2020.

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN

